

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO.....	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES.....	9
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	12
INVESTIMENTOS.....	23
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO.....	23
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	24
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	24
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.....	25
AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	28
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
BALANÇO SOCIAL.....	36
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS.....	37
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA.....	38
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	39
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	41
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	42
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	43
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	44
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	45
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	46
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	46
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	51
3. DA CONCESSÃO.....	64
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	66
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	66
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	67
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	67
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	69
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	70
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	72
11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	73
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	73
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	76
14. INTANGÍVEL.....	77
15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	78
16. FORNECEDORES.....	80
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	81
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	82
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	84
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	84
21. PROVISÕES.....	91
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	97
23. RECEITA.....	101
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	103
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	106
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	106
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	108
28. SEGUROS.....	118
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	119
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	119
31. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	119
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	121
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	122
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	122
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES.....	130
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	131
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	132
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	134

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Também são apresentadas as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 ficará marcado na história da Cemig D como um ano de transformação e de conquistas. Em paralelo à revisão do planejamento estratégico da Companhia, com o objetivo de “focar e vencer” e priorizar os investimentos em Minas Gerais, houve avanços importantes na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes, motivos de orgulho para todos nós que atuamos na Empresa.

No que se refere aos resultados financeiros, encerramos o ano com expressivos resultados, um lucro líquido de R\$1.701 milhão (41,51% superior a 2020) e um Ebitda de R\$3.047 milhões (33,00% superior a 2020).

Nosso endividamento financeiro, medido pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, foi de 1,37 vez, o que demonstra a solidez financeira da Companhia e que dá sustentação à implementação do ambicioso programa de investimentos para os próximos anos.

A eficiência operacional é uma prioridade para a Companhia. Repetimos em 2021 o resultado obtido no ano anterior de termos as nossas despesas operacionais de distribuição totalmente cobertas pelas receitas regulatórias. A implementação de medidas adicionais de eficiência, como a redução na inadimplência e enquadramento das perdas técnicas/não técnicas de energia aos limites regulatórios, também contribuiu para que o Ebitda deste ano estivesse acima da referência regulatória.

Os excelentes resultados financeiros foram ao encontro de uma qualidade cada vez maior do serviço prestado aos clientes. O DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,46 horas, mais uma redução, que significa o melhor resultado da série histórica.

Esses resultados alcançados proporcionaram uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de rating. Em 2021, tivemos elevação das nossas notas de crédito pela Fitch e Standard&Poors, alcançando AA+ na escala nacional brasileira, também a melhor classificação de risco da Cemig D na história.

Esse quadro coroa um ano em que foi anunciado o maior plano de investimentos da história da Companhia, uma previsão de R\$12,5 bilhões até 2025.

Buscamos a satisfação do nosso cliente na digitalização e transformação dos nossos processos de relacionamento, com uma gestão ágil, eficiente e sempre com segurança. Destaca-se que esses investimentos previstos para os próximos anos - com novas subestações e reforço da rede de distribuição - permitirão uma maior oferta e acesso à energia, fator primordial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que são atendidas pela Companhia.

Todas essas conquistas aconteceram em um cenário particularmente desafiador, no qual a sociedade continuou a lidar com os efeitos significativos da pandemia de Covid-19, com reflexos também em nossos negócios.

A Cemig D, em conjunto com as demais empresas do grupo Cemig, assumiu papel de protagonismo na pandemia, reforçando sua vocação de empresa com forte responsabilidade social. Priorizamos o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos, além da firme adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, de colaboração efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, apoiando de forma direta 425 municípios.

A atuação da Cemig D se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento, com veículos da Companhia, de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

A segurança e saúde das pessoas que trabalham para a Companhia também foram um ponto primordial, sendo observados de forma rigorosa os protocolos estabelecidos. Infelizmente, mesmo com a adoção de tais práticas, ainda houve a perda de colaboradores em função da pandemia, o que nos traz pesar e sentimento de solidariedade para com as famílias.

Estamos determinados em prosseguir com práticas sustentáveis em nossas operações, criando valor para os nossos acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade. A Cemig, nossa controladora, é a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade (de forma consecutiva há 22 anos), que selecionou apenas 7 empresas do setor no mundo, além de termos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais. A Cemig também é a maior incentivadora da cultura em Minas Gerais.

O ano de 2022 traz desafios adicionais relacionados à conjuntura internacional e nacional e ainda aos efeitos da pandemia, que esperamos que possam ser amenizados em função do avanço da vacinação da população. Mas os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, resultado do compromisso da Administração e talento das pessoas que trabalham na Cemig D, nos permitem ser otimistas com relação ao futuro da Empresa.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

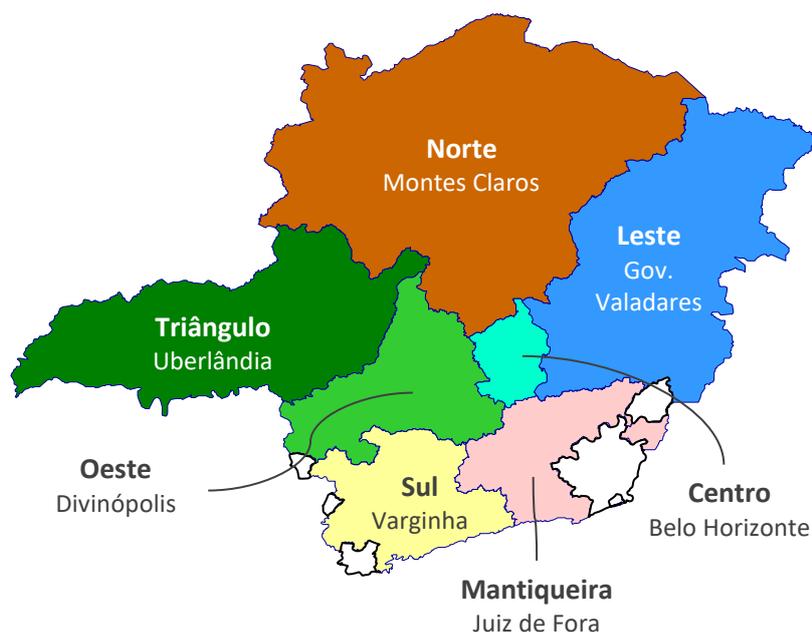
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, com 558.031 km de redes de distribuição, sendo 121.105 km em área urbana, 419.235 km de redes rurais e 17.691 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 8.885 mil clientes em 2021.

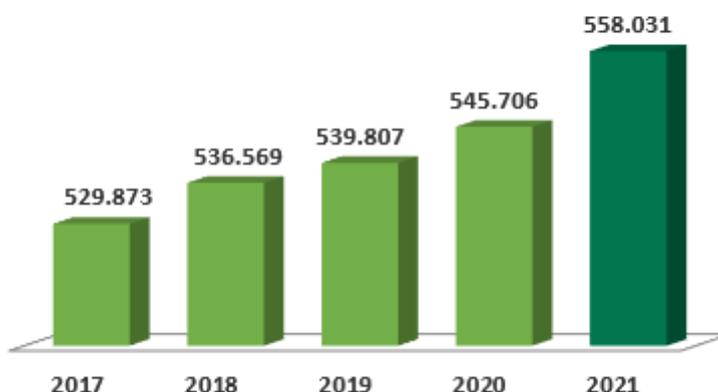
A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 950 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 13% do total de consumidores da classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

AMBIENTE REGULATÓRIO

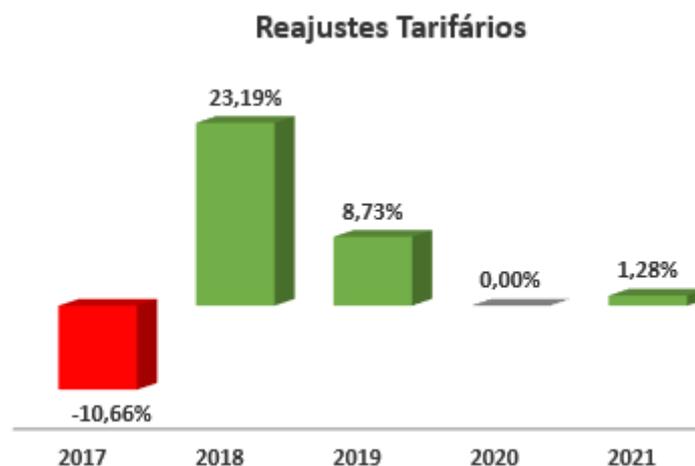
Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 20 de maio de 2021, a Companhia submeteu à Aneel proposta de reversão de R\$1.573 milhão para os consumidores de sua área de concessão, referente ao componente financeiro de ressarcimento de PIS/Pasep e Cofins, com o objetivo de contribuir para a modicidade tarifária em um momento em que toda a sociedade buscava reduzir os impactos da pandemia.

Em 25 de maio de 2021, a Diretoria da Aneel homologou o resultado do reajuste da Companhia, com um impacto médio de 1,28% nas tarifas dos consumidores. Não houve, no entanto, impacto para os consumidores residenciais, que pelo segundo ano consecutivo não tiveram reajuste em suas contas de energia elétrica.

O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 1,28%, sendo que a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, teve um reajuste de 2,64%. A variação dos custos não controláveis e a devolução parcial dos créditos de PIS/Pasep e Cofins mencionados no parágrafo anterior tiveram um efeito negativo, reduzindo o impacto total para 1,28%.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,8% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,2% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e impostos.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 725 mil clientes em 2021, o que representa um aumento de 52,90% em relação ao ano de 2020 (474 mil clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2021 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

Gestão da inadimplência e arrecadação

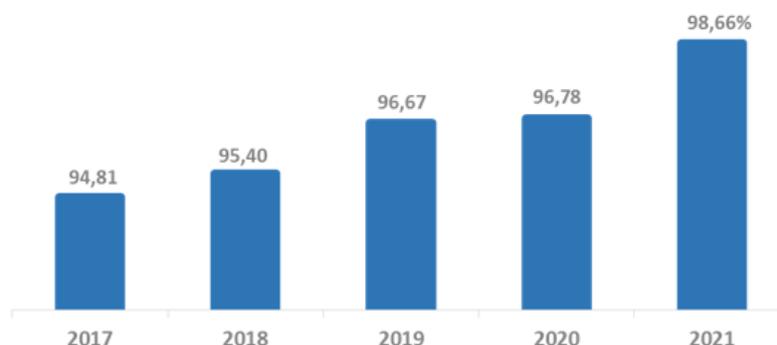
Em 2021 foram adotadas diversas ações de cobranças com o intuito de mitigar a inadimplência e, conseqüentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ferramentas de cobrança, em mais de 30% comparado à 2020, com aproximadamente 25 milhões de cobranças através de SMS e e-mail, 6 milhões de cartas cobranças, 3 milhões de negativas, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 900 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Atuação sistemática junto aos grandes clientes, hospitais e o Poder Público;
- Intensificação e automatização de Protesto de Títulos;
- Ampliação das modalidades de pagamento, com a inclusão do PIX com QR Code em todas as faturas, sendo arrecadadas cerca de 1 milhão de faturas nessa modalidade, e possibilidade de pagamento em débito via cartão de crédito por meio dos canais digitais e diretamente com as equipes de serviço de campo;
- Campanhas de negociação, principalmente nos canais digitais e com sensibilidade para a situação de renda das famílias durante a pandemia.

Assim, a despeito do ambiente macroeconômico doméstico desafiador, impactado pelo surgimento de novas cepas da Covid-19, deterioração da economia com fechamentos de estabelecimentos comerciais e industriais, aumento do desemprego, redução da renda dos assalariados, elevação das tarifas de energia elétrica por meio de Bandeiras tarifárias motivada pela crise hídrica e a intensificação da inflação medida pelo IGP-M e IPCA, os resultados obtidos no ano foram positivos conforme evidenciado a seguir.

Observou-se que o índice de arrecadação sobre o faturamento dos últimos 12 meses obteve o resultado de 98,6%, maior índice nos últimos 5 anos. O volume arrecadado em 2021 superou R\$26 bilhões (9% superior ao ano anterior) majoritariamente em função do grande esforço feito pelas equipes de cobrança e elevação do faturamento no último trimestre:

Índice de Contas Arrecadadas (Média Trimestre)



O índice de Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa - PECLD do ano de 2021 foi 3,8% inferior ao exercício anterior, que já tinha se mostrado bastante favorável, principalmente em função da negociação dos créditos de instalações vinculadas ao Governo do Estado de Minas Gerais, negociação com hospitais, grandes clientes industriais e comerciais e atuação em cobrança intensiva na classe “Residencial”.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2021 foi de 11,27% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 1,3% em relação ao resultado de 2020, de 12,57%. O IPTD de 2021 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 2,50% de perdas não técnicas. Esse resultado está dentro da meta estabelecida pela Aneel, para a Cemig D, para o ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2021 é de 11,28%. Essa é uma conquista importante para a Companhia, fruto das diversas ações adotadas durante o ano de 2021, conforme detalhado a seguir.

Dentre as principais ações do plano de recuperação de energia de 2021 destacam-se: a realização de 384 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; regularização de aproximadamente 86 mil unidades consumidoras sem contrato e com consumo de energia; redução de perdas administrativas em cerca de 12 mil unidades consumidoras; retirada de 3,7 mil ligações clandestinas; substituição de 34 mil medidores obsoletos; e intensificação das cobranças de consumo irregular.

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza o monitoramento remoto dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa a blindagem de cerca de 60% da energia faturada da distribuidora. Tal blindagem visa identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

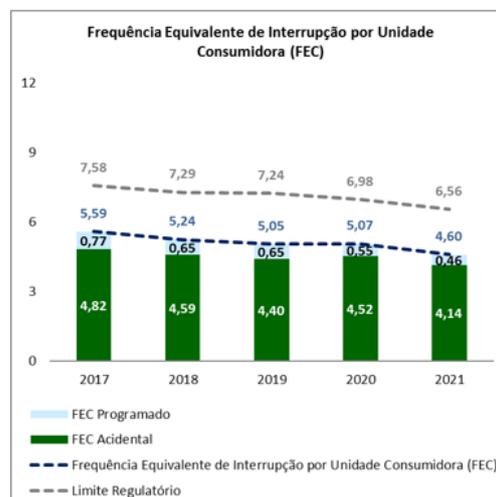
Para 2022 é prevista a atuação em cerca de 1 milhão de unidades consumidoras buscando a regularização e/ou modernização do parque de medição, com a ampliação do parque de medidores inteligentes e eletrônicos, visando manter a redução das perdas comerciais e o enquadramento regulatório.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) obteve em 2021 o melhor resultado da história da Cemig D, realizando 9,46 (horas) frente ao limite de 10,08 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) apresenta relevante redução ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 4,60 (horas) em 2021, frente ao limite regulatório de 6,56 (horas).

Esses resultados evidenciam a eficácia na aplicação dos recursos, assim como, o compromisso com a melhoria contínua no atendimento aos clientes.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2021, em função da pandemia de Covid-19, a empresa segue os protocolos de segurança sanitária para a segurança de seus consumidores e colaboradores.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de protocolos registrados em 2021 foi de 10,2 milhões.

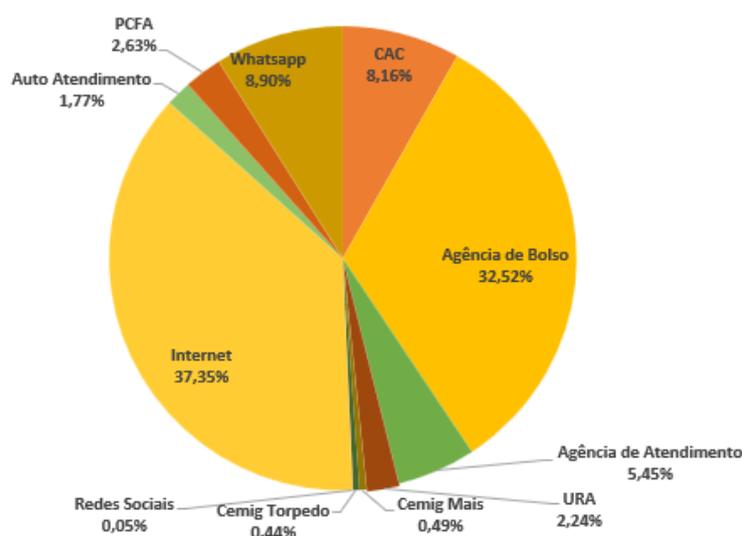
Além do seu site, com mais de 36,5 milhões de protocolos em 2021, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Telegram, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 8,7 milhões de protocolos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou mais de 31,8 milhões de protocolos em 2021.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em alguns pontos externos, foram realizados mais de 1,7 milhão de protocolos.

No total, a Companhia teve cerca de 97,8 milhões de atendimentos em 2021, por meio dos seus diversos canais.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2021:



Transformação Digital

A Cemig e a IBM celebraram uma parceria estratégica para transformar o relacionamento com os mais de 8,8 milhões de clientes no Estado de Minas Gerais.

O projeto Cliente+ foi implementado em parceria com a IBM, trazendo uma operação *omnichannel*, ou seja, convergência dos canais de atendimento existentes - telefone, totem, WhatsApp, site, Telegram, SMS e app Cemig – que proporciona um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes. Com esse novo formato de atendimento é possível a mudança de canal de atendimento sem perda da jornada já realizada até o momento da troca de canal. Exemplo: começa no WhatsApp, muda para assistente cognitivo de voz para esclarecimento de dúvidas ou para o app para digitalização de documentos pessoais ou da instalação.

Importante ressaltar que o atendimento presencial aos clientes está mantido, com equipes capacitadas e treinadas, perseguindo níveis de excelência e contando com uma plataforma de soluções tecnológicas que tornará o atendimento presencial mais ágil e completo, propiciando menos tempo na agência.

Estamos inovando e reforçando o nosso compromisso de sermos mais digitais, mais ágeis, mais tecnológicos e mais próximos dos nossos clientes.

Satisfação do consumidor

Como referência do trabalho realizado pela Concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de agosto de 2021, no qual a Companhia atingiu 69,8% de índice de satisfação, inferior em 11,5% ao valor apurado no ano anterior, fato esse que indica que, apesar dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes, a pandemia teve uma forte influência no nosso resultado. Esse mesmo impacto foi percebido por quase todas as distribuidoras, as quais também tiveram quedas expressivas em sua pontuação.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, a Companhia implantou pesquisas do NPS - *Net Promoter Score* mensais para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente nas reclamações dos nossos clientes.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC 2021 foi realizada no período de 6 de agosto de 2021 a 6 de novembro de 2021, com a aplicação de 29.068 questionários, nos 607 municípios sorteados nas áreas de concessão e de permissão das 104 distribuidoras de energia elétrica.

O resultado será conhecido a partir da primeira quinzena de março de 2022.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Efeitos da Pandemia Covid-19 sobre as nossas operações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação do Covid-19 como pandemia. Esse cenário fez com que as autoridades governamentais adotassem o distanciamento físico como medida de contenção da disseminação do vírus, o que impactou negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, desacelerando e/ou interrompendo suas cadeias de suprimentos, gerando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Também foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise.

Em resposta ao cenário anunciado, a Companhia criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de tomar decisões para mitigar os efeitos da pandemia, proteger seus colaboradores e clientes e assegurar a prestação de seus serviços.

Os impactos da pandemia de Covid-19 estão divulgados em maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1 – Contexto Operacional, dessas demonstrações financeiras. Apesar dos impactos da pandemia nos negócios da Companhia em 2020, com parcial recuperação em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

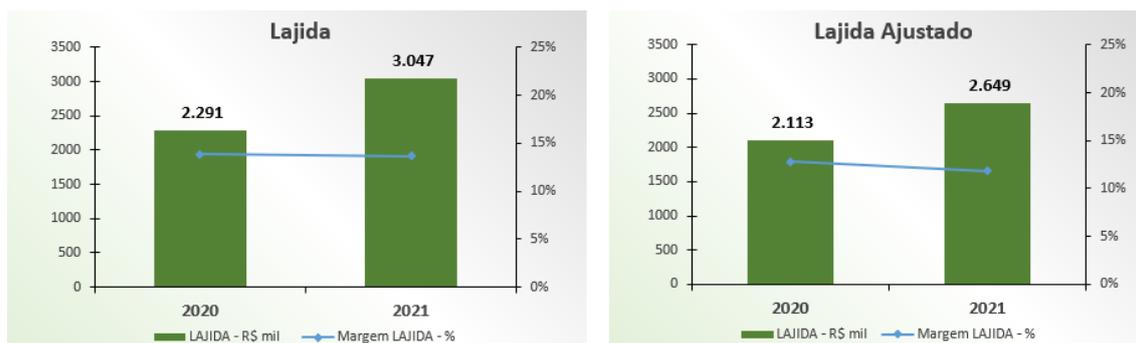
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2021, lucro de R\$1.701 milhões em comparação a R\$1.202 milhões no exercício de 2020. As principais variações na comparação dos resultados de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Lucro líquido do exercício	1.701	1.202	41,51
Despesa com imposto de renda e contribuição social	655	430	52,33
Resultado financeiro líquido	8	(9)	-
Amortização	683	668	2,25
= Lajida (1)	3.047	2.291	33,00
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (Nota 20)	(309)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.649	2.113	25,37

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 33,00% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 13,88% em 2020 para 13,64% em 2021. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 25,37% no exercício de 2021, em comparação ao exercício de 2020, enquanto a sua margem passou de 12,80% em 2020 para 11,86% em 2021.

O aumento do Lajida em 2021 decorre, principalmente, do aumento de 35,33% na receita líquida do exercício em função da melhora do consumo residencial e comercial, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores e da maior constituição de CVA em 2021, que foram parcialmente compensados pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	21.713	19.174
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.317	266
Receita de uso da rede - consumidores livres	3.473	3.046
Constituição de CVA e outros componentes financeiros	2.146	455
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.802	1.384
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	54	15
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(71)	(51)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	453	234
Outras receitas operacionais	2.449	1.562
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.992)	(9.574)
	22.345	16.512

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$21.713 milhões em 2021, em comparação a R\$19.174 milhões no exercício de 2020, representando um aumento de 13,24%. Os principais impactos na receita em 2021 decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	2021			2020			Variações (%)	
	GWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/GWh) (2)	GWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/GWh) (2)	GWh	R\$
Residencial	11.186	11.123	994	10.981	9.875	899	1,87	12,64
Industrial	1.695	1.333	786	1.773	1.229	693	(4,40)	8,46
Comércio, serviços e outros	4.143	4.613	1.113	4.384	4.075	930	(5,50)	13,20
Rural	3.944	2.557	648	3.749	2.185	583	5,20	17,03
Poder público	729	583	800	714	522	731	2,10	11,69
Iluminação pública	1.226	718	586	1.243	550	442	(1,37)	30,55
Serviço público	1.418	879	620	1.362	721	529	4,11	21,91
Subtotal	24.341	21.807	896	24.206	19.159	792	0,56	13,82
Consumo próprio	33	-	-	34	-	-	(2,94)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	1	-	-	2	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(95)	-	-	13	-	-	-
Total	24.374	21.713	891	24.240	19.174	791	0,55	13,24

(1) Informações sobre GWh não são auditadas pelos auditores independentes.

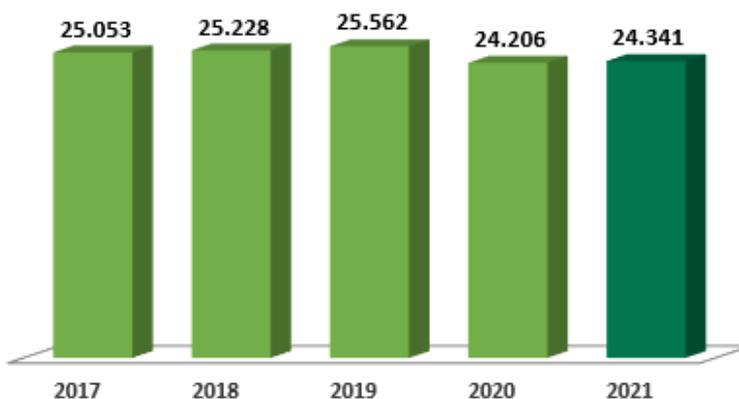
(2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- aumento de 5,20% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe rural, principalmente, pelo aumento no consumo do segmento de irrigação, em reflexo ao menor volume de chuvas em vários meses de 2021, ao comparar com o exercício de 2020;
- aumento de 4,11% na quantidade de energia vendida para a classe de serviços públicos, devido, principalmente, ao aumento do consumo ligado à captação de água, em razão do baixo volume de chuvas em vários meses de 2021;
- redução de 4,40% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre. No entanto, o preço médio da energia para essa classe aumentou 14,57% em relação ao preço do exercício anterior;
- redução de 5,50% na quantidade de energia vendida para a classe de comércio e serviços, em função da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofreu em 2021, de forma mais acentuada na comparação com outras classes, os impactos da redução da atividade em função da pandemia de Covid-19. Em contrapartida, o preço médio da energia para essa classe aumentou 20,43%, comparado ao preço de 2020.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.473 milhões, comparada a R\$3.046 milhões em 2020, representando um aumento de 14,02%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 10,27% na energia transportada no exercício de 2021, em comparação ao exercício anterior, tanto pelo aumento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021 devido à recuperação da economia, conforme abaixo.

Adicionalmente, o reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, teve efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, passando a ser de 5,74% a partir do recálculo do reajuste tarifário em 19 de agosto de 2020. E o efeito do reajuste tarifário anual de 2021, aplicável a partir de 28 de maio de 2021, foi de 2,40% sobre os consumidores livres, o que também impactou o aumento verificado.

	GWh		
	2021	2020	Var %
Industrial	20.447	18.612	9,86
Comercial	1.535	1.300	18,08
Rural	44	32	37,50
Serviço Público	4	-	-
Concessionárias	310	315	(1,59)
Total de energia transportada	22.340	20.259	10,27

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2021, foi reconhecida uma receita no montante de R\$2.146 milhões, em comparação ao montante de R\$455 milhões reconhecidos em 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.802 milhões em 2021, comparados a R\$1.384 milhões em 2020, demonstrando um aumento de 30,20%. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$453 milhões no exercício de 2021, referentes a ofertas de energia realizadas pela Companhia no segundo semestre do ano, comparadas a R\$234 milhões no exercício anterior. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.992 milhões em 2021 comparados a R\$9.574 milhões em 2020, representando um aumento de 14,81% decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.416 milhões no exercício de 2021, comparados a R\$2.209 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 9,37%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE – Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$19.982 milhões em 2021, comparados a R\$14.889 milhões em 2020, representando um aumento de 34,21%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma recuperação de despesa no montante de R\$19 milhões, em comparação a uma despesa de R\$297 milhões em 2020. Essa variação se deve, principalmente, às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 20).

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.447 milhões em 2021, comparada a R\$8.161 milhões em 2020, um crescimento de 40,26%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 86,35% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$6.278 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$3.369 milhões no exercício de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;

- aumento de 87,02% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$1.268 milhões em 2021 comparadas a R\$678 milhões em 2020. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (115.868 em dezembro de 2021, comparada a 63.845 em dezembro de 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.919.881 MWh no exercício de 2021, comparado a 1.008.590 MWh no exercício de 2020);
- aumento de 25,15% nas despesas com contratos bilaterais, sendo de R\$418 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$334 milhões no exercício de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR;
- redução de 19,14% nas despesas com cotas das usinas de Angra I e II, sendo de R\$245 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$303 milhões no exercício de 2020. Essa variação decorre do reajuste financeiro anual e da redução da cota parte da Cemig, definidos por resolução, em que o valor mensal passou de R\$25,2 milhões em 2020 para R\$20,3 milhões em 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24c destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$3.406 milhões em 2021, comparados a R\$1.799 milhões em 2020, representando um aumento de 89,33%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos, e em julho de 2021, após o reajuste anual, verificou-se um custo aproximadamente 17% superior ao custo de 2020.

Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito e à importação de energia para segurança energética do sistema em 2021, o custo elevado dessas térmicas e do dólar fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$198 milhões em 2021 comparadas a R\$272 milhões em 2020, representando uma redução de 27,21%. As principais variações que explicam essa redução são:

- variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou reversão líquida de R\$18 milhões no exercício de 2021, em comparação a uma constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal;
- redução de 97,50% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$1 milhões no exercício de 2021, em comparação a R\$40 milhões em 2020. A redução dessas provisões decorre, principalmente, do avanço no recálculo das ações trabalhistas conforme a decisão do STF, a qual definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2021 foi uma despesa financeira de R\$8 milhões, comparada a uma receita financeira líquida de R\$9 milhões em 2020. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 100,70% na despesa com variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$285 milhões no exercício de 2021, comparada a R\$142 milhões no exercício de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 10,06% em 2021, comparada à variação de 4,52% no mesmo período de 2020;

- aumento de 31,58% nos encargos de variação monetária - Forluz, tendo sido de R\$50 milhões no exercício de 2021, comparada a R\$38 milhões em 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da variação do IPCA, indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas com a Forluz, que apresentou uma variação de 10,06% no exercício de 2021, comparada à variação de 4,52% no exercício anterior;
- aumento de 16,15% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$453 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$390 milhões em 2020. Essa variação deve-se, basicamente, aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 sobre a renda das famílias;
- aumento de 100,00% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$64 milhões em 2021, comparada a R\$32 milhões em 2020. Essa variação se deve, basicamente, ao aumento da taxa Selic, indexador do saldo, atrelada à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2021, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$655 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.355 milhões. Em 2020, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$430 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.632 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c destas demonstrações financeiras.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$199 milhões, em comparação a R\$659 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2021 totalizou R\$587 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$5.457 milhões em 2020. A menor geração de caixa em 2021 decorre, basicamente, do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA, além da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$376 milhões, comparativamente ao consumo de caixa de R\$3.819 milhões em 2020. Essa variação decorre, principalmente, do resgate líquido de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$2.165 milhões em 2021, enquanto tivemos uma aplicação líquida de R\$2.466 milhões em 2020.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2021 totalizou R\$1.423 milhões, comparado ao caixa consumido de R\$1.213 milhões em 2020. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2020 e 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos adquiridos no passado.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

A Companhia continuou demonstrando resiliência e forte liquidez no ano de 2021, mesmo tendo executado um volume expressivo de investimentos, decorrente substancialmente da relevante geração de caixa em suas operações.

Beneficiando-se de eventos de liquidez ocorridos ao longo de 2020, a Companhia não efetuou captações nos últimos dois anos. Ao contrário, a Companhia amortizou um volume significativo de dívida. Em 2021, foram amortizadas R\$834 milhões de dívidas na Cemig D.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Cemig e suas subsidiárias, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA+ e na escala global para BB-. Em junho, a Moody's elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA- e na escala global reafirmou o rating em Ba3. Em outubro, a Fitch elevou o rating da Cemig na escala nacional para AA+ e na escala global para BB.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento									Grau Especulativo										
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RDVD
dez-20																					
dez-21																					

Moody's		Grau de investimento									Grau Especulativo											
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
dez-20																						
dez-21																						

S&P		Grau de investimento									Grau Especulativo												
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez-20																							
dez-21																							

Os detalhes das dívidas da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados à 7ª emissão de debêntures, que limitam a capacidade de endividamento e distribuição de dividendos da Cemig D e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da *holding* e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

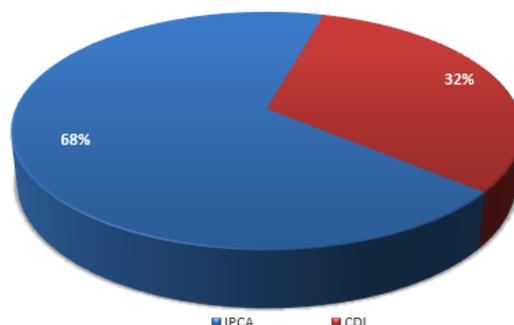
O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$4.247 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,1 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, na qual se observa uma participação expressiva de dívida referenciada ao IPCA, principalmente em função da 7ª emissão de debêntures. O custo médio da dívida da Cemig D é de 2,93% a.a. a preços constantes e de 13,34% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2021



INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2021, somaram aproximadamente R\$1.520 milhões.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos próximos a R\$12,5 bilhões de 2021 a 2025, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do lucro de 2021, no montante de R\$1.701 milhões, e ajuste devedor de R\$39 milhões contra lucros acumulados referente a benefícios pós-emprego:

- R\$84 milhões para a constituição de reserva legal;
- R\$407 milhões para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 23 de março, 29 de junho, 28 de setembro e 10 de dezembro de 2021;
- R\$505 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;

- R\$21 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2021 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$645 milhões sejam retidos no patrimônio líquido para utilização, basicamente, no programa de investimentos.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Cemig, conforme Estatuto, é composto de nove integrantes efetivos, sendo oito indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 26 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por quatro integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2021, foram realizadas 39 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo:

Serviços	2021	% em relação à auditoria	2020	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria				
Auditoria de demonstrações financeiras	2.120	100,00	1.735	100,00
Serviços Adicionais				
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	249	11,75	235	13,53
Total	2.369		1.970	

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa, e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflitos de interesses.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima, deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica no mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;

- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação, com vigência de 18 meses.

O desafio foi aberto para o público em geral, que será convidado a apresentar propostas para a formatação de novos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel. Os projetos serão avaliados sob as diretrizes de Inovação aprovadas no Planejamento Estratégico 2021-2025 e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig aguarda propostas nos macros temas:

- Produtos e Serviços Inteligentes
- Sistemas Elétricos do Futuro
- Eletrificação e Eletromobilidade
- Alternativas em Geração Sustentável

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2021, a Cemig D investiu R\$ 8,9 milhões em 36 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma *hyper-vision* de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em inteligência artificial para operação da distribuição.

Programa de Eficiência Energética

A Companhia, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de desenvolver em seus clientes a cultura do uso racional e consciente da energia elétrica.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém diversos projetos em execução, chegando a 19 iniciativas em execução no final do ano de 2021. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e projetos desenvolvidos diretamente pela Companhia.

Em 2021, o programa investiu aproximadamente R\$40 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de mais R\$140 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos a serem financiados ao longo de 2022 e 2023.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público, com destaque para a Iluminação Pública viária.

Sistemas de Gestão certificados

A Cemig busca a melhor operação de seus processos com foco na melhoria contínua da qualidade da gestão, no alcance dos objetivos estratégicos e na satisfação dos clientes. Assim, há mais de 20 anos, ela implementa e mantém certificações de seus processos na norma NBR ISO 9001.

Visando a preservação dos recursos naturais e prevenção da poluição, a Cemig tem a certificação na norma NBR ISO 14001. E com foco na prevenção de acidentes e preservação da saúde humana, ela mantém a certificação da norma ISO 45001.

Todas essas certificações são geridas como um Sistema Integrado que vem sendo melhorado ao longo dos anos. Em 2021, a Companhia deu um importante passo em direção às melhores práticas do sistema de gestão: concluiu o Projeto de Unificação dos Sistemas de Gestão, que envolveu toda a Companhia para ratificar a maturidade da Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança e da Qualidade dos processos.

Com a conclusão desse projeto, a Companhia logrou:

- Integração das diversas áreas da empresa em um escopo de certificação único;
- Aumento do compromisso dos processos de suporte com os resultados dos negócios;
- Conexão mais clara entre os processos da rotina diária com os objetivos estratégicos;
- Envolvimento de toda a empresa com a constante incorporação dos requisitos regulatórios nos processos.

A conclusão do Projeto deu-se em outubro de 2021 com a Auditoria Externa do Organismo Certificador validando o novo escopo.

AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Mantendo o ciclo de atualização no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de Compliance, vigente para o ciclo 2021/2022.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos e Financeiro.

A matriz de controles internos é submetida a uma avaliação anual de suficiência e aderência, sendo conduzidos ainda os testes de desenho, apoio em remediações junto aos processos e o monitoramento destes controles pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia. Reportes periódicos são realizados para a Diretoria Executiva, aos Conselhos da Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciadores. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciadores.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações em andamento por parte do MPMG e manifestação das autoridades nacionais e internacionais às quais os relatórios foram apresentados para confirmar se algum procedimento adicional será necessário.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2021 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente via depósito bancário. Em 2021, cerca de 174 instituições receberam aproximadamente R\$61 milhões em doações.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2021 do AI6% envolveu a participação de 1.300 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 157 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de aproximadamente R\$1,3 milhão.

No total, foram destinados R\$2,3 milhões para entidades distribuídas em 79 municípios da área de influência da Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: o programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário dos empregados, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua. O Programa está estruturado para potencializar as ações do voluntariado em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Com esse objetivo a Cemig vem investindo em projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de risco social.

Unidos pela Vacina: O Movimento Unidos Pela Vacina nasceu com o objetivo de tornar viável a vacinação de todos os brasileiros contra Covid-19 até setembro de 2021. A Cemig aderiu ao movimento, composto por diversas empresas, entidades e sociedade civil organizada, que teve como objetivo adotar municípios, apoiando no fornecimento de insumos, logística e materiais para auxiliar no processo de vacinação. Entre as várias ações realizadas, a Cemig disponibilizou veículos e pessoal para contribuir com a iniciativa. No total foram 329 voluntários que disponibilizaram 1.391 horas auxiliando na aceleração da vacina.

Em 2021, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 28 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras, ações propostas pelos empregados e ações de transformação social. Participaram das ações como voluntários(as) 513 empregados, totalizando mais de 2.000 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2021, a Companhia investiu R\$19,2 milhões para patrocinar 39 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

A experimentação também está aliada ao negócio da empresa que, além de trabalhar com fontes de energia limpas e de matrizes energéticas sustentáveis, busca continuamente a inovação, aliada à pesquisa e ao desenvolvimento.

Buscar novas formas de energia fez a empresa diversificar seu portfólio e, hoje, além da energia hidroelétrica, a Cemig investe em energias como a eólica, a solar, o gás natural e, por que não, a Energia da Cultura.

Saúde

No ano de 2021, a Companhia investiu R\$9,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 18 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Em função da pandemia de Covid-19, a empresa aderiu ao programa Unidos pela Vacina, movimento que reúne empresas, associações, ONG's e entidades da sociedade civil com a finalidade de tornar viável vacinar toda a população brasileira. A Cemig está doando a 424 cidades mineiras, insumos que ajudam na organização do processo de imunização, beneficiando cerca de 7 milhões de habitantes residentes nestes municípios. Os equipamentos doados foram câmaras frias, refrigeradores tipo *frost free*, caixas térmicas de poliuretano e freezers horizontais, dentre outros.

Os voluntários da Cemig também levaram técnicos de saúde das prefeituras para vacinar idosos acamados e população em zona rural e locais de difícil acesso, os veículos da empresa foram utilizados para apoiar essa ação.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou chamada pública em 2021 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via Leis Federal ou Estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 173 projetos ao todo (116 do edital federal e 57 do edital estadual), tendo sido destinados aproximadamente R\$2 milhões para os projetos mais bem avaliados.

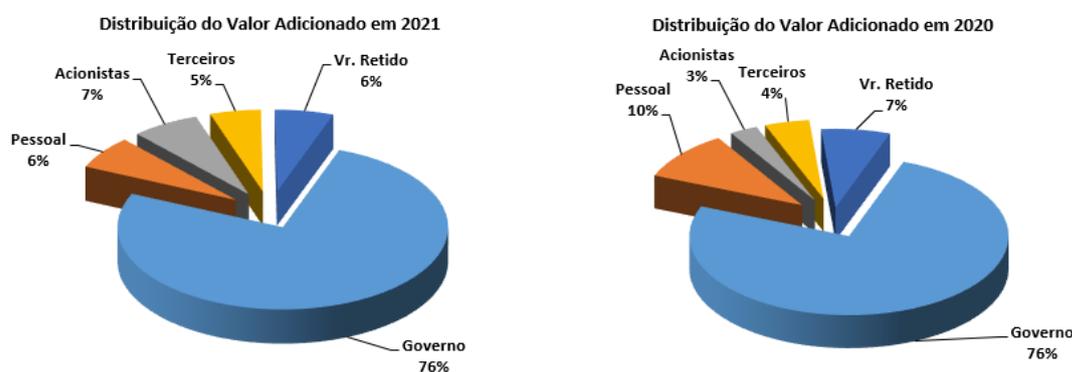
Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Cemig, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2021, foi lançado edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 48 projetos, tendo sido destinados aproximadamente R\$1,3 milhão para os projetos mais bem avaliados.

Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$13.719 milhões de valor adicionado em 2021 em comparação a R\$12.220 milhões em 2020, distribuídos da seguinte forma:



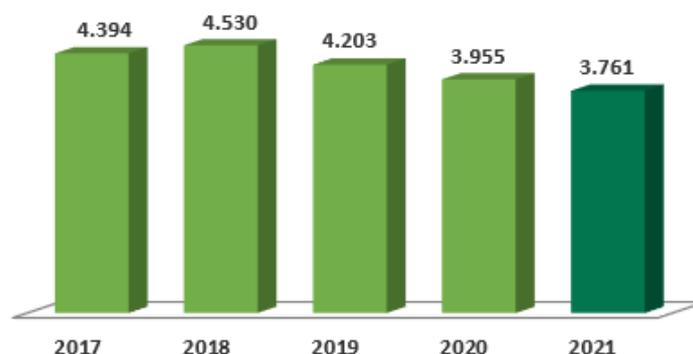
Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Cemig D vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos anos, passando de 4.394 empregados em 2017 para 3.761 em 2021, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Quantidade de empregados



Em 2021 a Companhia viabilizou a admissão de 191 novos empregados. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

Foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais. Importante ressaltar que a Companhia continuará a incentivar e priorizar o crescimento profissional dos seus empregados, valorizando a reconhecida capacidade técnica e comprometimento dos seus colaboradores.

Clima e Cultura Organizacional

Nos meses de junho e julho de 2021, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional. Houve a participação de 63% do quadro de empregados próprios, obtendo o percentual de 63,9% de favorabilidade. Este resultado demonstra que ainda existem pontos importantes que precisam ser trabalhados para melhoria da percepção dos colaboradores.

Com o objetivo de identificar e promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, a Cemig iniciou, em junho de 2020, o “Novas Energias”, programa de potencialização cultural, que busca o desenvolvimento de comportamentos que ainda não estão sedimentados, mas que são fundamentais para levar a Cemig a ter um modelo de gestão mais atual, com resultados mais sustentáveis e perenes. Foi realizado, em julho de 2020, o mapeamento cultural, que contou com a participação representativa dos empregados, sendo possível identificar os pontos fortes da Companhia e também os principais desafios e metas a serem traçados nos próximos anos.

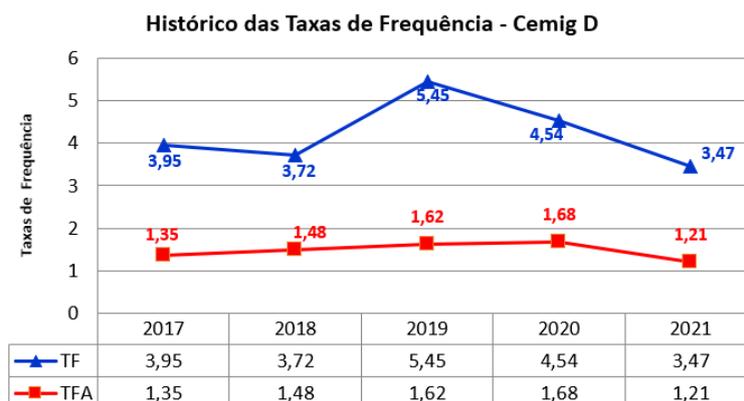
A partir deste diagnóstico, foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada Cemig.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2021 foram adotados pela nossa força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, através do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para resguardar a saúde dos trabalhadores e seus familiares além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho apresentou em 2021 os melhores índices dos últimos 5 anos.



A Companhia vem ampliando as ações de saúde e segurança com foco na prevenção, além de intensificar campanhas educativas visando a conscientização dos trabalhadores da nossa força de trabalho.

O esforço de nossos trabalhadores tem proporcionado à Companhia atingir os menores patamares históricos destes indicadores, demonstrando que ainda há muito a ser feito, mas estamos trilhando o caminho correto.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico, com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto, a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamentos para outras empresas, principalmente empresas prestadoras de serviços para a Cemig Distribuição.

Em 2021, a UniverCemig iniciou a capacitação profissional de 191 novos empregados próprios, sendo 85 eletricitas, 67 técnicos e 2 engenheiros, capacitando também 11.464 empregados terceirizados em treinamentos técnicos.

Meio ambiente

Em 2021, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$11,6 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Gestão de resíduos

Em 2021 foram encaminhadas para destinação final 49,1 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R\$25,6 milhões.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig D, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de Operação e Manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1) Base de Cálculo	2021			2020		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	22.344.681			16.511.662		
Resultado Operacional (RO)	2.362.936			1.622.899		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	846.747			885.930		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	61.184	7,23	0,27	58.076	6,56	0,35
Encargos sociais compulsórios	185.506	21,91	0,83	193.883	21,88	1,17
Previdência privada	52.552	6,21	0,24	53.295	6,02	0,32
Saúde	43.893	5,18	0,20	38.712	4,37	0,23
Segurança e medicina no trabalho	17.229	2,03	0,08	18.424	2,08	0,11
Educação	595	0,07	-	590	0,07	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.865	1,17	0,04	12.483	1,41	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.377	0,16	0,01	1.333	0,15	0,01
Participação nos lucros ou resultados	93.948	11,10	0,42	92.295	10,42	0,56
Outros	13.806	1,63	0,06	13.966	1,58	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	479.955	56,68	2,15	483.057	54,53	2,93
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	1.832	0,08	0,01	2.413	0,15	0,01
Cultura	7.780	0,33	0,03	13.268	0,82	0,08
Esporte	1.984	0,08	0,01	2.604	0,16	0,02
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	39.680	1,68	0,18	117.702	7,25	0,71
Total das Contribuições para a Sociedade	51.276	2,17	0,23	135.987	8,38	0,82
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.443.644	441,98	46,74	9.235.275	569,06	55,93
Total – Indicadores Sociais Externos	10.494.920	444,15	46,97	9.371.262	577,44	56,75
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	11.633	0,49	0,05	12.771	0,79	0,08
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	11.633	0,49	0,05	12.771	0,79	0,08
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício	3.761			3.955		
Nº de admissões durante o exercício	191			86		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	34			81		
Nº de estagiários (as)	-			-		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	762			766		
- 2º Grau	2.945			3.114		
- 1º Grau	54			76		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	1.927			1.964		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	512			524		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12%			10%		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	220			220		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1%			0%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	138			81		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021					
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	23,35					
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)	19					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos			
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia 305.161	no Procon 3.325	na Justiça 8.681			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2021: R\$13.719 milhões					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	76,12% governo 6,65% acionistas	6,49% empregados 4,99% terceiros	75,58% governo 2,84% acionistas	10,05% empregados 4,54% terceiros		
7) Outras Informações	2021					
Investimentos em questões ambientais	R\$11,6 milhões					
Resíduos e materiais inservíveis	49,1 mil toneladas					
Receita com as vendas dos resíduos	R\$25.615 milhões					

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2021	2020
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	8.885	8.697
Número de empregados	3.761	3.955
Número de consumidores por empregado	2.362	2.199
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.533	1.544
Tarifas médias de fornecimento - incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	994,43	899,33
Comercial	1.113,40	929,54
Industrial	786,41	693,47
Rural	648,27	582,82
DEC (horas)	9,46	9,64
FEC (número de interrupções)	4,60	5,05
Privação de fornecimento por consumidor - minutos/mês	47,30	48,20
Operacionais		
Número de subestações	422	417
Linhas de distribuição (Km)	17.691	17.436
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	121.105	111.061
Rural	419.235	417.209
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	22.345	16.512
Margem operacional - %	10,58	9,83
Lajida ou Ebitda - R\$ milhões	3.047	2.291
Resultado do exercício - R\$ milhões	1.701	1.202
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R\$	721	509
Patrimônio líquido - R\$ milhões	6.943	6.022
Valor patrimonial por ação	2,94	2,55
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	24,49	19,95
Endividamento do patrimônio líquido - %	254,28	317,49
Liquidez corrente	1,17	1,45
Liquidez geral	0,86	0,83

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Marney Tadeu Antunes	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretoria sem denominação
Maurício Dall'Agnese	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Eduardo Soares	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Franklin Moreira Gonçalves (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Mota
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Roberta Nanini Chaur Rolim (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	198.694	659.045
Títulos e valores mobiliários	6	342.243	2.104.119
Consumidores e revendedores	7	3.021.976	2.989.608
Concessionários - transporte de energia	7	264.910	257.540
Tributos compensáveis	8	1.907.198	1.483.677
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	45.363	128.539
Estoques		29.963	29.312
Contribuição de iluminação pública		233.315	179.406
Reembolso subsídios tarifários	11	287.420	82.616
Subvenção baixa renda		46.540	43.072
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	1.221.433	-
Outros créditos		161.923	135.835
Total do circulante		7.760.978	8.092.769
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	69.125	472.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	1.656.651	1.747.020
Tributos compensáveis	8	1.197.692	2.888.626
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	68.967	66.667
Depósitos vinculados a litígios	10	619.772	527.628
Consumidores e revendedores	7	-	120.041
Concessionários - transporte de energia	7	48.148	34.085
Outros créditos		13.352	13.865
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	1.609.844	662.739
Ativos de contrato	13	1.926.652	1.141.599
Intangíveis	14	9.449.638	9.207.269
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	15	176.809	166.344
Total do não circulante		16.836.650	17.048.254
Ativo total		24.597.628	25.141.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	875.254	1.181.014
Fornecedores	16	2.019.994	1.783.607
Impostos, taxas e contribuições	17	226.823	234.490
Salários e encargos sociais		141.428	138.444
Encargos regulatórios	19	499.178	267.696
Participação dos empregados e administradores no resultado		87.116	73.691
Obrigações pós-emprego	20	244.559	213.283
Contribuição de iluminação pública		357.106	304.869
Passivos financeiros setoriais da concessão	12	51.359	231.322
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	26	916.961	309.434
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	17	704.025	448.019
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	15	49.261	38.521
Outras obrigações		486.829	338.794
Total do circulante		6.659.893	5.563.184
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.371.907	3.916.226
Provisões	21	1.203.590	1.246.762
Obrigações pós-emprego	20	3.928.836	4.433.298
Encargos regulatórios	19	197.457	234.237
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	17	2.132.289	3.569.837
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	15	141.751	139.241
Outras obrigações		19.239	16.607
Total do não circulante		10.995.069	13.556.208
Total do passivo		17.654.962	19.119.392
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		3.404.039	2.653.670
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.833.371)	(2.004.037)
Total do patrimônio líquido		6.942.666	6.021.631
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.597.628	25.141.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita	23	22.344.681	16.511.662
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	24		
Energia elétrica comprada para revenda		(11.446.699)	(8.160.921)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(3.405.996)	(1.799.091)
		(14.852.695)	(9.960.012)
Custos	24		
Pessoal e administradores		(644.268)	(683.963)
Materiais		(47.864)	(45.867)
Serviços de terceiros		(1.091.225)	(939.471)
Amortização		(592.053)	(563.136)
Provisões operacionais, líquidas	24d	(47.326)	(137.011)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(1.802.361)	(1.384.334)
Outros		(58.872)	(52.900)
		(4.283.969)	(3.806.682)
Custo total		(19.136.664)	(13.766.694)
Lucro bruto		3.208.017	2.744.968
Despesa operacional	24		
Despesas com vendas		(130.175)	(135.265)
Despesas gerais e administrativas		(434.976)	(430.193)
Outras despesas operacionais, líquidas		(279.930)	(556.611)
		(845.081)	(1.122.069)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		2.362.936	1.622.899
Receitas financeiras	25	657.355	520.191
Despesas financeiras	25	(664.887)	(511.223)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.355.404	1.631.867
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(632.400)	(430.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(22.463)	88
Lucro líquido do exercício		1.700.541	1.201.554
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,72	0,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.700.541	1.201.554
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 20)	199.724	(15.846)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9)	(67.906)	5.388
	131.818	(10.458)
Resultado abrangente do exercício	1.832.359	1.191.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	1.329.789	(1.993.579)	-	4.708.208
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.201.554	1.201.554
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	(10.458)	-	(10.458)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(10.458)	1.201.554	1.191.096
Reserva legal	-	59.230	-	(59.230)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,1473 por ação)	-	-	-	(347.569)	(347.569)
Reserva de incentivos fiscais	-	16.952	-	(16.952)	-
Reserva de retenção de lucros	-	777.803	-	(777.803)	-
Retenção de dividendos	-	469.896	-	-	469.896
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.700.541	1.700.541
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	131.818	-	131.818
Resultado abrangente do exercício	-	-	131.818	1.700.541	1.832.359
Reclassificação de perdas atuariais (nota 22)	-	-	38.848	(38.848)	-
Reserva legal	-	83.966	-	(83.966)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,1725 por ação)	-	-	-	(407.018)	(407.018)
Dividendos estatutários (R\$0,2138 por ação)	-	-	-	(504.306)	(504.306)
Reserva de incentivos fiscais	-	21.213	-	(21.213)	-
Reserva de retenção de lucros	-	645.190	-	(645.190)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	3.404.039	(1.833.371)	-	6.942.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.700.541	1.201.554
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	20	31.827	335.041
Amortização	14b e 15a	682.595	668.414
Provisões operacionais	24d	198.193	272.276
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	13	10.937	1.571
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	22.157	36.363
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	23	(1.316.995)	266.320
Juros e variações monetárias		419.100	330.625
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12a	(53.751)	(15.465)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	18	1.788	2.039
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	23	(2.146.043)	(454.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	22.463	(88)
		(427.188)	2.643.909
Aumento (redução) de Ativos			
Consumidores e revendedores		(42.502)	(222.652)
Concessionários - transporte de energia		(21.433)	21.016
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		-	1.466.945
Tributos compensáveis		(47.268)	(564.516)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(51.631)	(16.915)
Depósitos vinculados a litígios		(73.353)	1.248.952
Contribuição de iluminação pública		(53.909)	(14.435)
Reembolso subsídios tarifários	11	(204.804)	11.057
Subvenção baixa renda		(3.468)	(13.490)
Outros		(46.918)	64.389
		(545.286)	1.980.351
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		209.630	202.141
Impostos, taxas e contribuições		872.269	571.369
Imposto de renda e contribuição social a pagar		632.400	430.401
Salários e encargos sociais		2.984	7.583
Contribuição de iluminação pública		52.237	53.060
Encargos regulatórios	19	194.702	116.604
Obrigações pós-emprego	20	(305.289)	(264.605)
Provisões	21	(90.498)	(111.400)
Participação dos empregados e administradores no resultado		13.425	(77.279)
Outros		202.228	189.831
		1.784.088	1.117.705
Caixa gerado pelas atividades operacionais		811.614	5.741.965
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	18	(222.710)	(244.027)
Juros de arrendamento pagos	15	(2.328)	(2.902)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(37.999)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		586.576	5.457.037
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira		2.165.122	(2.466.225)
No intangível	14	(49.635)	(39.031)
No ativo de contrato	13	(1.739.885)	(1.313.744)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		375.602	(3.819.000)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de arrendamento	15b	(56.211)	(63.346)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	(1.123.574)	(811.705)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(242.744)	(338.287)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.422.529)	(1.213.338)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	659.045	234.346
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	198.694	659.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	2021		2020	
Receitas				
Venda de energia e serviços	31.480.599		24.685.844	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.802.361		1.384.334	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	53.751		15.465	
Outras receitas	16.443		35.522	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(130.175)		(135.265)	
	<u>33.222.979</u>		<u>25.985.900</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(12.425.546)		(8.868.888)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.753.164)		(1.982.469)	
Serviços de terceiros	(1.861.261)		(1.607.254)	
Materiais	(1.090.675)		(745.489)	
Outros custos operacionais	(347.858)		(413.774)	
	<u>(19.478.504)</u>		<u>(13.617.874)</u>	
Valor adicionado bruto	13.744.475		12.368.026	
Retenções				
Amortização	(682.595)		(668.414)	
Valor adicionado líquido	13.061.880		11.699.612	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	657.355		520.191	
Valor adicionado a distribuir	13.719.235		12.219.803	
Distribuição do valor adicionado		%		%
Empregados	889.878	6,49	1.228.327	10,05
Remuneração direta	724.104	5,28	725.163	5,93
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	94.316	0,69	415.331	3,40
FGTS	42.389	0,31	42.249	0,35
Programa de desligamento voluntário programado	29.069	0,21	45.584	0,37
Impostos, taxas e contribuições	10.443.644	76,12	9.235.275	75,58
Federais	4.582.842	33,40	3.956.998	32,38
Estaduais	5.856.230	42,69	5.273.798	43,16
Municipais	4.572	0,03	4.479	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	685.172	4,99	554.647	4,54
Juros	677.854	4,94	542.782	4,44
Aluguéis	7.318	0,05	11.865	0,10
Remuneração de capital próprio	1.700.541	12,40	1.201.554	9,83
Juros sobre capital próprio	407.018	2,97	347.569	2,84
Dividendos	504.306	3,68	-	-
Lucros retidos	789.217	5,75	853.985	6,99
	<u>13.719.235</u>	<u>100,00</u>	<u>12.219.803</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.884.553 consumidores em 31 de dezembro de 2021 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de *home-office* para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos e parcelamentos de valores arrecadados para clientes específicos, nos termos dos programas lançados pela Companhia durante o ano de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, em 20 de abril de 2021, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores inadimplentes atendidos em “Baixa Tensão” da classe comercial, em até 12 vezes sem juros, incluindo a isenção da atualização financeira ainda não lançada em fatura, vigente por 45 dias, visando à manutenção do fluxo de pagamento de pequenos comércios e o setor de serviços, garantindo sua sustentabilidade e contribuindo para sua sobrevivência no período mais crítico da Pandemia;
- Adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, a fim de colaborar de forma efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, com o apoio de forma direta a 425 municípios. A participação da Companhia se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, no valor de R\$2.783, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do estado.

Medidas governamentais destinadas ao setor elétrico

Foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, das quais destacamos:

- edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que previu o desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autorizou a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados;
- ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais;
- liberação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em abril de 2020, em atendimento ao Despacho Aneel nº 986/2020, de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, sendo a parcela da Cemig Distribuição de R\$122 milhões;
- implementação de medidas visando manter o serviço público de distribuição de energia, por meio da Resolução Aneel 878/2020, de 24 de março de 2020, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência, por 90 dias, prorrogado até 31 de julho de 2020, para algumas classes de consumidores (residenciais), priorização dos atendimentos de urgência e emergência, bem como do fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, elaboração de plano de contingência específico de atendimento de unidades médicas e hospitalares, entre outras. Por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, de 21 de julho de 2020, o órgão regulador alterou a Resolução Aneel 878/2020, mantendo a vedação à suspensão do fornecimento de energia a partir de agosto de 2020 somente para as subclasses residenciais baixa renda, revogando as previsões para as demais classes residenciais e relacionadas ao fornecimento de serviços e atividades considerados essenciais;
- Autorização da criação da Conta-Covid, por meio do Decreto 10.350/2020, de 18 de maio de 2020, conforme detalhado no tópico seguinte.

Conta-Covid

Em 18 de maio de 2020, visando ao enfrentamento do estado de calamidade pública causada pela pandemia Covid-19, foi autorizada, por meio do Decreto nº 10.350/2020, a criação da Conta-Covid, destinada à cobertura dos déficits ou antecipação de receitas, relativas às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia, que são a base do fluxo financeiro do setor elétrico, relacionadas (i) à sobrecontratação de energia; (ii) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA); (iii) à neutralidade dos encargos setoriais; (iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia homologados até a mesma data; e (v) à antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, conforme regulação da Aneel e cronograma definido pela distribuidora.

Em 23 de junho de 2020, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 885/2020, que estabeleceu os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid, além de regular a utilização do encargo tarifário da CDE.

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel editou o Despacho nº 181/2021, no qual definiu o encargo mensal a ser pago para amortização do empréstimo e a respectiva cobertura a ser incluída na tarifa para pagamento deste encargo. A cota anual de CDE Conta-Covid será paga pelas distribuidoras, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de energia elétrica e nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

O montante equivalente à totalidade dos valores recebidos pela Companhia da Conta-Covid durante o ano de 2020 será revertido, devidamente atualizado pela Selic, em forma de componente financeiro negativo a partir do reajuste tarifário de 2021, assegurada a neutralidade.

A Companhia aderiu ao mecanismo de compensação financeira da Conta-Covid, visando ao reforço de seu caixa, permitindo o cumprimento de suas obrigações financeiras mesmo diante da redução da arrecadação causada pela crise econômica. O total de recursos da Conta-Covid destinado à Companhia, no montante de R\$1.404.175, teve o repasse inicial de R\$1.186.390 em julho de 2020, sendo o valor restante repassado até dezembro de 2020 em parcelas mensais, afetando positivamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

São aplicadas restrições às distribuidoras que aderiram à Conta-Covid, sendo elas (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020, (ii) limitação, em caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências e, (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Em razão da manifestação das renúncias estabelecidas no Termo de Aceitação, anexo à Resolução Normativa nº 885/2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 3 de julho de 2020, aprovou a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social, com a inclusão do §4º ao artigo 33, prevendo a limitação excepcional da distribuição dos dividendos obrigatórios ou do pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitado o mínimo legal, nos casos e nos termos em que o órgão regulador, por meio de previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido.

Impacto nas demonstrações financeiras

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia de Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que as Resoluções Aneel nº 928 e nº 936 estenderam a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de outros determinados consumidores até 30 de setembro de 2021;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras;

- No que se refere ao mercado de energia elétrica, a energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras, com acesso às redes da Cemig D, apresentou aumento de 5,1% no acumulado do ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social. Esse resultado é a composição de um crescimento de 0,6% no consumo do mercado cativo e de 10,3% no uso da rede pelos clientes livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 - Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 13 - Ativos de contrato;
- Nota 14 - Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 15 - Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - Valores a restituir a consumidores;
- Nota 20 - Obrigações pós-emprego;
- Nota 21 - Provisões;
- Nota 23 - Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 27 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MSCE, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR's, apresentadas de forma independente das demonstrações financeiras societárias, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão regulador e da Companhia até 30 de abril do ano subsequente.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IAS 1 - Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessas alterações.

IFRS 3 - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/ CPC 15, visando inibir potenciais ganhos e perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/ CPC 25 ou IFRIC 21/ ICPC 19, se incorridos separadamente. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

IFRS 09 - Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 01 e IFRS *Practice Statement 2 - Making Materiality Judgements* - Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações na sua divulgação de políticas contábeis e não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais.

2.8. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber do poder concedente caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Custo amortizado - encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, valores a receber e a pagar a partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Informações adicionais de instrumentos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras. Informações sobre as perdas de crédito esperadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 7.

b) Consumidores, Revendedores e Concessionários

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Ativos vinculados à concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

d) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As principais taxas de amortização estão demonstradas na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais informações sobre as premissas utilizadas, ver nota explicativa nº 20.

Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes, com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

O custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, e o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados pela remensuração do valor presente líquido da obrigação, utilizando-se premissas atuariais revisadas, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorra a alteração, redução ou liquidação.

Benefícios de curto prazo a empregados - A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

h) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

A Cemig possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, a Cemig recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

i) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de distribuição, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão.

j) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou no estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

m) Arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. DA CONCESSÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DEC e FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR^1 (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- $LAJIDA^3 \geq 0$ (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- $\{Dívida Líquida^4 / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (80\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2019); e,
- $\{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2028).

1. QRR - Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	104.930	77.758
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	77.814	474.003
Overnight (2)	15.950	107.284
	93.764	581.287
	198.694	659.045

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (65% a 108% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários (1)	19.689	341.413
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	345.714	1.754.948
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	34.937	457.503
Debêntures (4)	4.862	19.252
Outros	6.166	3.374
	411.368	2.576.490
Ativo circulante	342.243	2.104.119
Ativo não circulante	69.125	472.371

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip, que foi de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (106% a 110% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 27 destas demonstrações financeiras.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2021	2020
Residencial	735.936	304.765	475.222	290.199	65.448	1.871.570	1.666.208
Industrial	17.408	68.035	23.728	13.674	138.496	261.341	281.005
Comércio, serviços e outras	302.924	155.799	101.634	74.075	131.414	765.846	745.764
Rural	113.017	75.850	89.810	48.273	22.448	349.398	394.907
Poder público	174.149	31.994	6.377	2.157	21.678	236.355	389.510
Iluminação pública	21.218	575	783	1.000	(1.256)	22.320	59.253
Serviço público	45.927	42.677	2.724	4.032	29.614	124.974	125.561
Subtotal - consumidores	1.410.579	679.695	700.278	433.410	407.842	3.631.804	3.662.208
Concessionários - transporte de energia	59.581	239.341	15.849	13.149	72.897	400.817	365.842
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	76.371	-	913	77.284	20.653
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(188.665)	(12.103)	(35.440)	(69.226)	(469.437)	(774.871)	(647.429)
	1.281.495	906.933	757.058	377.333	12.215	3.335.034	3.401.274
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.021.976	2.989.608
Concessionários - transporte de energia						264.910	257.540
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						-	120.041
Concessionários - transporte de energia						48.148	34.085

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26 destas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2021	2020
Residencial	217.594	106.870
Industrial	141.009	136.934
Comércio, serviços e outras	212.464	182.155
Rural	32.795	28.684
Poder público	44.993	82.487
Iluminação pública	988	1.513
Serviço público	37.269	34.569
Concessionários - transporte de energia	87.759	74.217
	774.871	647.429

Considerando os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência de seus clientes e o aparecimento de novas condicionantes como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, diante da evolução observada em 2020 e 2021, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível, para o reconhecimento de PECLD no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de dezembro de 2021, foram compensadas nove do total de 21 parcelas, no valor de R\$10.584 cada, restando em aberto o montante de R\$127.010. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	731.518
Constituições, líquidas	135.265
Baixas	(219.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	647.429
Constituições, líquidas (Nota 24)	130.175
Baixas	(2.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	774.871

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Circulante		
ICMS a recuperar	77.705	62.221
Cofins (a) (b)	1.502.006	1.165.559
PIS/Pasep (a) (b)	327.075	254.001
Outros	412	1.896
	1.907.198	1.483.677
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	312.339	232.011
Cofins (a)	727.425	2.182.732
PIS/Pasep (a)	157.928	473.883
	1.197.692	2.888.626
	3.104.890	4.372.303

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$22.539, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização. Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos, ver na nota explicativa nº 17.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$1.825.901 no ativo circulante e R\$885.353 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No exercício de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.475.537 (R\$945.886 no exercício de 2020).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	2021	2020
Imposto de renda	37.388	108.732
Contribuição social	76.942	86.474
	114.330	195.206
Circulante	45.363	128.539
Não circulante	68.967	66.667

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Sendo a matéria constitucional com repercussão geral, a Companhia aguarda o trânsito em julgado que está pendente de eventual interposição de embargos de declaração e o resultado de eventual modulação para avaliação e registro dos potenciais efeitos da decisão, uma vez que não possui ação judicial relativa a esse tema.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2021	2020
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.324.647	1.463.842
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	292.275	241.419
Provisão para redução a valor recuperável	22.552	18.834
Provisões para contingências	350.522	356.956
Taxa de administração	4.875	5.250
Participação de empregados e administradores no resultado	29.620	25.055
Outros	7.029	6.083
	2.031.520	2.117.439
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(207.940)	(198.689)
Encargos financeiros capitalizados	(164.716)	(168.909)
Custo de captação	(2.213)	(2.821)
	(374.869)	(370.419)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.656.651	1.747.020

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.741.544
Efeitos alocados ao resultado	88
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	5.388
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.747.020
Efeitos alocados ao resultado	(22.463)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(67.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.656.651

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo:

2022	296.564
2023	266.945
2024	266.945
2025	266.945
2026	266.945
2027 a 2029	400.305
2030 a 2031	266.871
	2.031.520

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	2.355.404	1.631.867
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(800.837)	(554.835)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	138.386	118.173
Incentivos fiscais	45.935	31.491
Contribuições e doações indedutíveis	(5.434)	(5.814)
Multas indedutíveis	(21.205)	(21.857)
Outros	(11.708)	2.529
	(654.863)	(430.313)
Alíquota efetiva	27,80%	26,37%
Corrente	(632.400)	(430.401)
Diferido	(22.463)	88

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2021	2020
Trabalhista	215.540	222.090
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.486	11.281
IR/INSS indenização do anuênio (1)	207.863	204.739
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	81.479	-
Outros	43.995	37.660
	344.823	253.680
Outros		
Regulatório	29.425	28.984
Cível	5.696	5.537
Relações de consumo	6.230	5.629
Bloqueio judicial	13.008	7.105
Outros	5.050	4.603
	59.409	51.858
	619.772	527.628

- (1) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Indenização do anuênio;
 (2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios para custear o “Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica”, vigente de setembro a dezembro de 2021, são reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O programa foi criado para incentivar os consumidores a economizarem energia em razão do momento crítico de escassez hídrica, sendo uma medida emergencial do governo para garantir a continuidade e segurança do fornecimento de energia elétrica no país. Para os consumidores que reduziram o consumo nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma do consumo de energia elétrica nesses meses ficou entre 10% e 20% menor em relação ao mesmo período do ano anterior, foi concedido um bônus de R\$0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada. A bonificação foi informada na primeira fatura recebida após o cálculo do consumo referente ao mês de dezembro de 2021 e creditada como abatimento na fatura subsequente. Em 31 de dezembro de 2021, o montante apropriado como receita para subsídios desse bônus foi de R\$205.439. A Companhia tem a receber o mesmo valor, o qual está reconhecido no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$986.310 (R\$1.035.617 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$81.981 (R\$82.616 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos no ativo circulante.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2021	2020
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	683.729	530.058
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	2.147.548	132.681
	2.831.277	662.739
Ativo circulante	1.221.433	-
Ativo não circulante	1.609.844	662.739

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2021	2020
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	(51.359)	(231.322)
Passivo circulante	(51.359)	(231.322)

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	459.711
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	60.333
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(5.325)
Baixas	(126)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	15.465
Saldo em 31 de dezembro de 2020	530.058
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	109.842
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(9.392)
Baixas	(530)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	53.751
Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados. Estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	2021			2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	988.850	4.133.064	5.121.914	83.984	1.561.906	1.645.890
Ativo circulante	988.850	2.397.151	3.386.001	83.984	834.093	918.077
Ativo não circulante	-	1.735.913	1.735.913	-	727.813	727.813
Passivo	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)	(246.242)	(1.498.289)	(1.744.531)
Passivo circulante	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)
Passivo não circulante	-	(809.798)	(809.798)	-	(595.132)	(595.132)
Total circulante líquido	(51.359)	1.221.433	1.170.074	(162.258)	(69.064)	(231.322)
Total não circulante líquido	-	926.115	926.115	-	132.681	132.681
Total líquido	(51.359)	2.147.548	2.096.189	(162.258)	63.617	(98.641)

COMPONENTES FINANCEIROS	2021			2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	23.593	(90.715)	(67.122)	879	-	879
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	145.817	97.203	243.020	847	217.778	218.625
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	13.172	(972)	12.200	103	17.618	17.721
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	11.427	18.664	30.091	(138)	5.857	5.719
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	30.948	953.014	983.962	(1.465)	38.549	37.084
Energia elétrica comprada para revenda	389.548	1.144.892	1.534.440	4.078	448.720	452.798
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(67.566)	225.237	157.671	(55.828)	165.793	109.965
Neutralidade da parcela A	24.269	73.081	97.350	(2.706)	109.965	107.259
Devolução faturamento - Conta-Covid (2)	(371.350)	-	(371.350)	-	(504.476)	(504.476)
Outros itens financeiros	(230.046)	(225.769)	(455.815)	(86.248)	(394.367)	(480.615)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(21.171)	(47.087)	(68.258)	(21.780)	(41.820)	(63.600)
TOTAL	(51.359)	2.147.548	2.096.189	(162.258)	63.617	(98.641)

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$192.132 em 31 de dezembro de 2021, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	881.614
Constituição líquida de ativos financeiros	611.212
Realização	(156.471)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(62.771)
Recebimento de recursos da Conta-Covid (1)	(1.404.174)
Atualização Selic (Nota 25)	31.949
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.908.166
Realização	237.877
Transferência de outros passivos (2)	(15.120)
Atualização Selic (Nota 25)	63.907
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189

- (1) O valor recebido via Conta-Covid será revertido em componente financeiro negativo nos processos tarifários de 2021 ou 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações financeiras.
- (2) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 88 da REN 414/2010, incluído pela REN 714/2016.

Reajuste Tarifário Anual

Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, para vigência no período de 28 de maio de 2021 a 27 de maio de 2022, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,28%, sendo 2,14%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 0,89%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão não houve reajuste das tarifas. Este resultado decorre de variação de custos da parcela B, de 2,64%, e os repasses diretos dentro da tarifa, que reduziram em 1,37%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 8,84% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; e (b) redução de 8,80% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a redução de R\$1.573.000 referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 9,67%, e da reversão da Conta-Covid (8,78%); bem como a (c) retirada de 1,41% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	740.044
Adições	1.346.410
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(60.333)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(882.951)
Perda por redução ao valor recuperável	(1.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.141.599
Adições	1.757.015
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(109.842)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(851.183)
Perda por redução ao valor recuperável (1)	(10.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.926.652

(1) Refere-se à constituição de provisões para perdas no montante de R\$14.659 registradas em ativos em curso (obras canceladas), líquida de reversão de provisões registradas em exercícios anteriores no montante de R\$3.722.

Dentre as adições realizadas findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$1.757.015, está contemplado o montante de R\$17.130 (R\$32.666 em 2020) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

a) Composição do saldo

	2021			2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	22.935.008	(10.473.515)	12.461.493	21.815.858	(9.759.741)	12.056.117
(-) Obrigações especiais	(4.773.952)	1.613.335	(3.160.617)	(4.391.518)	1.438.572	(2.952.946)
Ativos da concessão líquidos	18.161.056	(8.860.180)	9.300.876	17.424.340	(8.321.169)	9.103.171
Intangível em curso	148.762	-	148.762	104.098	-	104.098
Total do intangível	18.309.818	(8.860.180)	9.449.638	17.528.438	(8.321.169)	9.207.269

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.938.620
Adições	37.924
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	5.325
Baixas	(36.237)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	882.951
Amortização	(621.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.207.269
Adições	45.346
Outras transferências	126
Baixas	(21.627)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	851.183
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	9.392
Amortização	(642.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.449.638

Dentre as adições realizadas no exercício de 2021, no montante de R\$45.246, está contemplada uma reversão de R\$4.163 (reversão de R\$1.107 em 2020) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,02%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,83%	15,64%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

c) Obrigações especiais

O saldo do ativo intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem a seguinte composição:

Obrigações Vinculadas à Concessão	2021	2020
Participação Financeira do Consumidor (1)	(4.246.489)	(3.784.135)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(546.171)	(504.276)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(287.957)	(318.972)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.055)
Pesquisa e Desenvolvimento	(5.115)	(5.115)
(-) Amortização Acumulada	1.613.335	1.438.572
Total	(3.878.100)	(3.579.613)

Alocação	2021	2020
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(717.483)	(626.667)
Infraestrutura - Intangível em Serviço	(3.160.617)	(2.952.946)
Total	(3.878.100)	(3.579.613)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) As contribuições da União, Estados e Municípios representam a participação destes entes em obras para fornecimento de energia. A participação dos municípios é a mais relevante nessa rubrica (59% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,10%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,90%	15,70%

15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2)/ IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do

arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em agosto de 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto a dezembro de 2021 (1)		
Até 5 anos	5,81	0,47
De 6 a 10 anos	5,89	0,48
De 11 a 15 anos	5,95	0,49
De 16 a 30 anos	5,95	0,49

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	155.218	57.627	103	212.948
Baixa (contratos encerrados)	(3.898)	-	-	(3.898)
Adição	4.594	-	-	4.594
Amortização	(15.491)	(32.741)	(103)	(48.335)
Remensuração (2)	5.033	(3.998)	-	1.035
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145.456	20.888	-	166.344
Baixa (contratos encerrados)	(3.941)	-	-	(3.941)
Adição	6.582	-	-	6.582
Amortização (1)	(7.222)	(33.782)	-	(41.004)
Remensuração	7.526	41.302	-	48.828
Saldo em 31 de dezembro de 2021	148.401	28.408	-	176.809

(2) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$460 no exercício de 2021 (R\$1.235 no exercício de 2020).

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	221.194
Adição	4.594
Baixas (contratos encerrados)	(5.126)
Juros incorridos	22.313
Arrendamentos pagos	(63.346)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.902)
Remensuração	1.035
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.762
Adição	6.582
Baixas (contratos encerrados)	(4.168)
Juros incorridos (1)	20.547
Arrendamentos pagos	(56.211)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.328)
Remensuração	48.828
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.012
Passivo circulante	49.261
Passivo não circulante	141.751

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.325 no exercício de 2021 (R\$1.420 no exercício de 2020).

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	509.773	191.012
PIS/Pasep e Cofins potencial	42.893	14.280

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2022	51.819
2023	22.611
2024	22.482
2025	22.304
2026	22.128
2027 a 2047	368.429
Valores não descontados	509.773
Juros embutidos	(318.761)
Passivo de arrendamentos	191.012

16. FORNECEDORES

	2021	2020
Energia de curto prazo - CCEE	122.384	408.932
Encargos de uso da rede elétrica (1)	181.586	198.108
Energia elétrica comprada para revenda	999.008	518.990
Itaipu binacional	331.118	325.277
Materiais e serviços	385.898	332.300
	2.019.994	1.783.607

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	80.087	79.595
Cofins	67.996	63.682
PIS/Pasep	14.595	13.719
INSS	23.259	19.660
ISSQN	11.106	10.150
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	17.968	37.960
Outros	11.812	9.724
	226.823	234.490
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	704.025	448.019
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	2.132.289	3.569.837
	2.836.314	4.017.856

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.836.314, conforme descrito na nota explicativa nº 8a, já tendo sido restituído o montante de R\$1.583.314 até dezembro de 2021 (R\$266.320 até dezembro de 2020).

A Companhia registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigora desde 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa nº 8b. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 12b.

Apesar do início da devolução dos valores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2021						2020
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	-	-	-	11.725
Dívida em moeda estrangeira				-	-	-	11.725
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	3.267	2.380	5.647	9.058
Dívida em moeda nacional				3.267	2.380	5.647	9.058
Total de empréstimos e financiamentos				3.267	2.380	5.647	20.783
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	-	-	-	587.956
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	323.437	824.028	1.147.465	1.035.247
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (2)	2024	CDI + 0,454%	R\$	545.933	810.000	1.355.933	1.891.927
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (2)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.364	1.756.264	1.759.628	1.587.924
(-) Deságio na emissão de debêntures (3)				-	(15.002)	(15.002)	(18.300)
(-) Custos de transação				(747)	(5.763)	(6.510)	(8.297)
Total de debêntures				871.987	3.369.527	4.241.514	5.076.457
Total geral				875.254	3.371.907	4.247.161	5.097.240

- (1) Em 18 de junho de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente a dívida proveniente do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, no valor principal de US\$44.626, considerando as Garantias constituídas no valor de US\$42.843, por meio do pagamento de pecúnia, no valor aproximado de US\$1.783. O valor desembolsado total, considerando pecúnia, juros e comissões, corresponde a R\$10.075 na data do pagamento;
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (3) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;
- (4) Em fevereiro de 2021, a Companhia amortizou as Debêntures - 3ª emissão - 2ª série.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Indexadores						
IPCA (1)	326.801	274.678	274.675	1.152.808	878.131	2.907.093
UFIR/RGR (2)	3.267	2.380	-	-	-	5.647
CDI (3)	545.933	540.000	270.000	-	-	1.355.933
Total por Indexadores	876.001	817.058	544.675	1.152.808	878.131	4.268.673
(-) Custos de transação	(747)	(747)	(418)	(2.343)	(2.255)	(6.510)
(-) Deságio	-	-	-	(7.501)	(7.501)	(15.002)
Total geral	875.254	816.311	544.257	1.142.964	868.375	4.247.161

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Moeda	Variação acumulada em 2021 (%)	Variação acumulada em 2020 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2021 (%)	Variação acumulada em 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	7,39	28,93	IPCA	10,06	4,52
			CDI	4,39	2,77

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.794.922
Variação monetária	142.354
Variação cambial	(6.506)
Encargos financeiros provisionados	227.192
Amortização do custo de transação	2.039
Encargos financeiros pagos	(244.027)
Amortização de principal	(811.705)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	(7.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240
Variação monetária	285.357
Variação cambial	(629)
Encargos financeiros provisionados	209.689
Amortização do custo de transação	1.788
Encargos financeiros pagos	(222.710)
Amortização de principal	(1.123.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.247.161

(1) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI + 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI + 6%). O saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes) em 2020.

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2021	2020
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	209.689	227.192
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 13 e 14)	(12.967)	(31.559)
Efeito líquido no resultado	196.722	195.633

(1) A taxa média de capitalização foi de 10,05% a.a. em 2021 (5,60% a.a. em 2020).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

Aval e fianças	3.094.401
Recebíveis	1.147.113
Ações	5.353
Sem garantia	294
TOTAL	4.247.161

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	237.426	264.952
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	89.947	86.402
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.677	2.639
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.638	5.562
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	46.557	-
CDE sobre P&D (1)	2.291	-
CDE sobre PEE (1)	4.583	-
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.809	1.683
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	251.837	89.825
	696.635	501.933
Passivo circulante	499.178	267.696
Passivo não circulante	197.457	234.237

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig, Cemig D e Cemig GT mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$309.013 e R\$58.860.

Em 2 de fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2020.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$278.580 (R\$342.369 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$390.458 (R\$391.333 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017.) As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$256.054, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$134.404. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril a dezembro de 2021, no montante de R\$4.914, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatadas em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em fase inicial, postulatória.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

Informações atuariais

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.225.191	2.503.024	46.763	9.774.978
Valor justo dos ativos do plano	(5.614.388)	-	-	(5.614.388)
Passivo líquido inicial	1.610.803	2.503.024	46.763	4.160.590
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	12.805	-	-	12.805
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.623.608	2.503.024	46.763	4.173.395

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Valor justo dos ativos do plano	(6.310.293)	-	-	-	(6.310.293)
Passivo líquido inicial	1.778.685	2.400.299	45.751	410.232	4.634.967
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	11.614	-	-	-	11.614
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	81.870	288.703	2.949	-	373.522
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(227.578)	(111.289)	(2.778)	(25.902)	(367.547)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	116.314	(91.000)	1.427	(16.739)	10.002
	(29.394)	86.414	1.598	(42.641)	15.977
Benefícios pagos	(553.691)	(102.547)	(2.009)	(7.097)	(665.344)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Custo do serviço corrente	922	15.187	355	2.381	18.845
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Juros sobre a obrigação atuarial	537.239	167.161	3.241	29.265	736.906
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	195.864	84.353	769	(10.974)	270.012
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.434.634)	(190.141)	(3.334)	(95.615)	(1.723.724)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	423.862	151.060	2.101	(18.811)	558.212
	(814.908)	45.272	(464)	(125.400)	(895.500)
Benefícios pagos	(587.040)	(124.895)	(2.120)	(7.466)	(721.521)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	7.225.191	2.503.024	46.763	-	9.774.978

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	6.314.174
Retorno real dos investimentos	396.858
Contribuições do empregador	152.951
Benefícios pagos	(553.691)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	6.310.292
Retorno real dos investimentos	(279.672)
Contribuições do empregador	170.808
Benefícios pagos	(587.040)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	5.614.388

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2021 e 2020 são como segue:

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	922	15.187	355	2.381	18.845
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Juros sobre a obrigação atuarial	537.239	167.161	3.241	29.265	736.906
Rendimento sobre os ativos do plano	(414.912)	-	-	-	(414.912)
Despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	123.249	182.348	3.596	(277.366)	31.827

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Rendimento sobre os ativos do plano	(415.724)	-	-	-	(415.724)
Despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	127.670	171.032	3.345	32.993	335.040

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299
Despesa reconhecida no resultado	127.670	171.032	3.345	32.994	335.041
Contribuições pagas	(152.951)	(102.547)	(2.009)	(7.098)	(264.605)
Perdas (ganhos) atuariais	(29.524)	86.414	1.598	(42.642)	15.846
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581
Despesa reconhecida no resultado	123.249	182.348	3.596	31.646	340.839
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Contribuições pagas	(170.808)	(124.895)	(2.120)	(7.466)	(305.289)
Perdas (ganhos) atuariais	(119.132)	45.272	(464)	(125.400)	(199.724)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.623.608	2.503.024	46.763	-	4.173.395
				2021	2020
Passivo circulante				244.559	213.283
Passivo não circulante				3.928.836	4.433.298

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados de recuperação de despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, que incluem o custo do serviço passado decorrente do cancelamento da obrigação pós-emprego do seguro de vida, no montante de R\$18.601 (R\$296.844 de despesa em 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$50.428 (R\$38.197 em 2020).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2022 é como segue:

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Juros sobre a obrigação atuarial	735.239	261.416	4.883	1.001.538
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(563.199)	-	-	(563.199)
Estimativa de despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	173.027	272.864	5.144	451.035

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2022 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	640.527	148.147	2.588	791.262

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2022 no montante de R\$178.258 para amortização de déficit do Plano A e de R\$58.388 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
10,04	12,86	14,44	15,47

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2021	2020
Ações	7,77%	9,25%
Títulos de renda fixa	73,95%	72,17%
Imóveis	5,04%	3,71%
Outros	13,24%	14,86%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2021	2020
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	226.032	203.110
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	214.396	220.522
	440.428	423.632

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2021			2020		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,60%	10,75%	10,73%	6,83%	7,14%	7,25%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,60%	Não aplicável	Não aplicável	6,83%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,03%	5,03%	5,03%	3,32%	3,32%	3,32%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,03%	Não aplicável	6,29%	3,32%	Não aplicável	4,56%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female	AT-49 M	MI-85 Female	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	158.084	41.886	(732)	199.238
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(160.741)	(42.808)	721	(202.828)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	673.259	347.826	6.675	1.027.760

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2020	Adições	Reversões	Liquidações	2021
Trabalhistas	337.064	45.485	(44.073)	(44.745)	293.731
Cíveis					
Relações de consumo	21.540	34.884	-	(25.409)	31.015
Outras ações cíveis	29.117	19.083	-	(12.073)	36.127
	50.657	53.967	-	(37.482)	67.142
Tributárias	815.454	71.115	(88.929)	(198)	797.442
Regulatórias	29.627	4.943	(100)	(1.925)	32.545
Outras	13.960	6.902	(1.984)	(6.148)	12.730
Total	1.246.762	182.412	(135.086)	(90.498)	1.203.590

	2019	Adições	Reversões	Liquidações	2020
Trabalhistas	382.915	76.496	(36.903)	(85.444)	337.064
Cíveis					
Relações de consumo	17.767	21.408	(44)	(17.591)	21.540
Outras ações cíveis	16.329	19.144	-	(6.356)	29.117
	34.096	40.552	(44)	(23.947)	50.657
Tributárias	774.348	79.071	(37.797)	(168)	815.454
Regulatórias	16.575	13.820	(759)	(9)	29.627
Outras	13.217	5.606	(3.031)	(1.832)	13.960
Total	1.221.151	215.545	(78.534)	(111.400)	1.246.762

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.279.002 (R\$1.163.625 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$293.731 foram provisionados (R\$337.064 em 31 de dezembro de 2020), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- ✓ Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- ✓ Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- ✓ Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$148.911 (R\$117.229 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$31.015 (R\$21.540 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$376.357 (R\$277.595 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$36.127 (R\$29.117 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$886.365 (R\$990.654 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$789.576 (R\$808.447 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A variação relevante ocorrida no montante das contingências decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$120.923 (R\$109.540 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$7.866 (R\$7.007 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$311.883 (R\$256.803 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$32.545 (R\$29.627 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$419.869 (R\$356.236 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$810 (R\$687 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$250.436 (R\$428.111 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$11.920 (R\$13.273 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$207.863 (R\$204.739 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$216.064 (R\$211.026 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$101.475 (R\$91.233 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$88.563 (R\$85.944 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$309.008 (R\$284.856 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$43.312 (R\$35.973 em 31 de dezembro de 2020).

Maiorção tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$413.375 (R\$356.907 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$198.144 (R\$167.168 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2021	2020
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	1.700.541	1.201.554
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,72	0,51

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.833.371 (R\$2.004.037 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia reclassificou o saldo acumulado de perdas atuariais do seguro de vida para Lucros Acumulados, no montante de R\$38.848, líquido de tributos, devido ao cancelamento do benefício pós-emprego e baixa do saldo da obrigação (mais detalhes estão disponíveis na nota explicativa nº 20).

d) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de Lucros		
Reserva legal	477.144	393.178
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	75.473	54.260
Reserva de retenção de lucros	2.851.422	2.206.232
-	3.404.039	2.653.670

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2021, a reserva legal constituída totaliza R\$83.966 (R\$59.230 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportada pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$21.213 (R\$16.952 em 31 de dezembro de 2020), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021 alcança o montante de R\$75.473 (R\$54.260 em 31 de dezembro de 2020). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

e) Dividendos

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Entretanto, o Art. 33º, inciso §2º do Estatuto Social define que o descumprimento de limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) vezes em 5 (cinco) anos poderá, conforme regulação da Aneel, limitar a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal e à reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados, observado o inciso I da subcláusula Primeira da cláusula Sétima do Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, celebrados entre a Companhia e a União.

Considerando que o indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os anos de 2016, 2017 e 2019 não foi atendido, aplicou-se a limitação para a Cemig D, em 2020, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no limite de 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no Art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016.

O DEC global foi atendido em 2020 e em 2021, isentando a Companhia da obrigação mencionada acima.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP nos montantes e datas abaixo, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

- R\$86.667, declarados em 23 de março de 2021;
- R\$95.419, declarados em 29 de junho de 2021;
- R\$105.142, declarados em 28 de setembro de 2021; e
- R\$119.790, declarados em 10 de dezembro de 2021.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$138.386, reconhecidos no resultado do exercício de 2021.

	2021
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	1.700.541
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	850.271
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	61.053
	911.324
Dividendos a serem distribuídos - Proposta	
Dividendos estatutários	504.306
Juros sobre capital próprio	407.018
	911.324
Dividendos propostos por ação - R\$	0,3863

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	309.434
Dividendos estatutários	504.306
Declaração de juros sobre capital próprio	407.018
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(61.053)
Pagamentos	(242.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	916.961

Proposta de destinação do lucro de 2021

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2021, no montante de R\$1.700.541, e ajuste devedor de R\$38.848 contra lucros acumulados referente a benefícios pós-emprego:

- R\$83.966, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$407.018 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 23 de março, 29 de junho, 28 de setembro e 10 de dezembro de 2021;
- R\$504.306 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$21.213 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2021 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;

- R\$645.190 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2022.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	21.712.573	19.173.606
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	1.316.995	266.320
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	3.473.193	3.045.719
Constituição de CVA e outros componentes financeiros (c)	2.146.043	454.741
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	1.802.361	1.384.334
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	53.751	15.465
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(70.948)	(50.532)
Transações na CCEE	618.607	-
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (f)	453.296	234.347
Outras receitas operacionais (g)	1.830.840	1.561.643
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(10.992.030)	(9.573.981)
	22.344.681	16.511.662

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 8a destas demonstrações financeiras.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	11.185.772	10.980.626	11.123.490	9.875.244
Industrial	1.694.611	1.772.812	1.332.655	1.229.394
Comércio, serviços e outros	4.143.117	4.383.757	4.612.943	4.074.898
Rural	3.944.412	3.749.372	2.557.044	2.185.209
Poder público	729.312	713.984	583.205	522.319
Iluminação pública	1.225.733	1.242.760	717.978	550.376
Serviço público	1.418.306	1.362.402	879.347	721.488
Subtotal	24.341.263	24.205.713	21.806.662	19.158.928
Consumo próprio	33.074	34.089	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	913	1.558
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(95.002)	13.120
Total	24.374.337	24.239.802	21.712.573	19.173.606

(*) Valores em MWh não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

O total de energia transportada, em MWh, por classe de consumidores, está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (*)	
	2021	2020
Industrial	20.446.578	18.612.418
Comercial	1.535.217	1.299.871
Rural	44.161	31.835
Serviço Público	3.650	-
Concessionárias	310.178	315.142
Total de energia transportada	22.339.784	20.259.266

(*) Valores em MWh não auditados pelos auditores independentes.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão cujo reconhecimento está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

g) Outras receitas operacionais

	2021	2020
Serviço taxado	16.698	10.821
Outras prestações de serviços	19.949	14.520
Subvenções Baixa Renda	269.609	291.674
Outras subvenções (1)	1.299.320	1.082.381
Aluguel e arrendamento	209.268	162.236
Outras	15.996	11
	1.830.840	1.561.643

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$986.310 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.035.617 em 31 de dezembro de 2020), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$107.571 em 31 de dezembro de 2021 (R\$46.764 em 31 de dezembro de 2020), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; e a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$205.439.

h) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Impostos sobre a receita		
ICMS	5.854.583	5.273.070
PIS/Pasep	414.986	317.008
Cofins	1.911.453	1.460.161
ISSQN	976	726
	8.181.998	7.050.965
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	74.354	72.631
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.415.700	2.208.555
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	26.621	29.053
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	42.223	29.053
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	21.111	14.526
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	162.012	149.419
CDE sobre P&D	15.601	-
CDE sobre PEE	31.203	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	21.207	19.779
	2.810.032	2.523.016
	10.992.030	9.573.981

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal (a)	846.747	885.930
Participação de empregados e administradores no resultado	93.948	92.295
Obrigações pós-emprego (1)	(18.601)	296.844
Materiais	64.961	60.841
Serviços de terceiros (b)	1.221.938	1.055.390
Energia elétrica comprada para revenda (c)	11.446.699	8.160.921
Amortização (Nota 14b)	642.051	621.314
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	40.544	47.100
Provisões operacionais (d)	198.193	272.276
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema	3.405.996	1.799.091
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	1.802.361	1.384.334
Outras despesas operacionais líquidas (f)	236.908	212.427
	19.981.745	14.888.763

- (1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado. Mais informações na nota explicativa nº 20.

a) Despesas com pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig D, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O custo total para o Programa corresponde a R\$29.069, representando a adesão de 271 empregados.

Em abril de 2020, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2020, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$45.584, correspondente à adesão de 329 empregados.

b) Serviços de terceiros

	2021	2020
Leitura de medidores e entrega de contas	133.783	126.970
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	436.516	403.628
Comunicação	143.284	111.961
Conservação e limpeza de prédios	46.192	38.128
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	83.162	69.748
Corte e religação	81.615	39.107
Podas de árvores	45.707	47.600
Serviços advocatícios e custas processuais	23.144	18.521
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	10.251	4.732
Serviços de tecnologia da informação	69.838	58.499
Mão de obra contratada	5.951	5.162
Hospedagem e alimentação	8.120	6.462
Vigilância	9.219	10.312
Manutenção e conservação de veículos	2.153	1.898
Reprografia e publicações legais	15.742	14.438
Consultoria	17.439	13.759
Inspeção de unidades consumidoras	33.390	35.162
Serviços logísticos	3.557	9.767
Outros	52.875	39.536
	1.221.938	1.055.390

c) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de Itaipu binacional	1.945.787	1.990.221
Contratos por cotas de garantia física	875.489	821.491
Cotas das usinas de Angra I e II	244.577	302.969
Energia de curto prazo - CCEE	994.946	1.056.266
Contratos bilaterais	417.728	333.676
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	6.278.209	3.368.565
PROINFA	400.638	317.587
Geração distribuída	1.268.172	678.113
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(978.847)	(707.967)
	11.446.699	8.160.921

d) Provisões (reversões) operacionais

	2021	2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 7) (1)	130.175	135.265
Perda estimada para outros créditos a receber (2)	20.692	-
Provisão (reversão) para contingências (Nota 21)		
Trabalhistas	1.412	39.593
Cíveis	53.967	40.508
Tributárias	(17.814)	41.274
Regulatórias	4.843	13.061
Outras	4.918	2.575
	47.326	137.011
	198.193	272.276

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração do resultado como despesas com vendas.
- (2) Refere-se, principalmente, a perda estimada com créditos de compartilhamento de infraestrutura (Aluguel de Postes). Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como outras despesas operacionais.

e) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2021	2020
Pessoal	90.799	74.249
Materiais	1.025.714	684.648
Serviços de terceiros	631.688	549.970
Encargos financeiros	12.967	31.559
Arrendamentos e aluguéis	3.778	2.139
Impostos e taxas	3.396	1.243
Outros	34.019	40.526
	1.802.361	1.384.334

f) Outras despesas operacionais líquidas

	2021	2020
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.147	6.012
Propaganda e publicidade	9.547	4.359
Consumo próprio de energia elétrica	27.651	24.399
Subvenções e doações	15.989	17.491
Anuidade CCEE	3.261	3.144
Seguros	10.964	9.491
Forluz - custeio administrativo	23.082	21.863
Agentes arrecadadores	85.062	85.712
Impostos e taxas	5.259	4.523
Perda por redução ao valor recuperável (2)	10.937	1.571
Outras despesas	44.009	33.862
	236.908	212.427

- (1) A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Sendo assim, nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16/CPC 06;
- (2) Valor referente à constituição de provisões para perdas no montante de R\$14.659 registradas em ativos em curso (obras canceladas), líquida de reversão de provisões registradas em exercícios anteriores no montante de R\$3.722.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	78.459	50.222
Acréscimos moratórios de contas de energia	452.921	390.012
Variações monetárias	27.629	4.690
Variação monetária depósitos judiciais	18.791	10.538
Variação monetária - CVA (Nota 12)	63.907	31.949
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(35.615)	(28.216)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	-	24.811
Outras	51.263	36.185
	657.355	520.191
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18)	(196.722)	(195.633)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(1.788)	(2.039)
Encargos de variação monetária - Forluz	(50.428)	(38.197)
Variações cambiais de Itaipu	(26.757)	(46.777)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18)	(285.357)	(142.354)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(25.404)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(11.800)	(14.521)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(19.222)	(20.893)
Outras variações monetárias	(23.072)	(30.675)
Outras	(24.337)	(20.134)
	(664.887)	(511.223)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(7.532)	8.968

(1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	167.366	334.824	-	-	107.256	127.385	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	11.370	10.072	-	-	(37.867)	(33.305)
Operações com energia elétrica (3)	72	73	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	916.961	309.434	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	2.362	1.707	-	-	(4.826)	(5.700)
Operações com energia elétrica (3)	3.431	1.245	32.717	29.421	28.784	27.194	(337.480)	(300.410)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	9.857	8.037	52.713	41.592	(105.468)	(87.473)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	24.105	22.668	-	-	(212.714)	(203.200)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	26.809	25.154	-	-	(235.916)	(225.249)
Baguari Energia								
Circulante								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
Operações com energia elétrica (3)	-	-	983	922	-	-	(8.825)	(8.410)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	8.483	7.188	-	-	(109.492)	(88.345)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (4)	-	-	62	3.722	-	134	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	570	-	622	144	6.356	5.348	(5.472)	(4.785)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	15.950	107.284	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	336.078	2.100.746	-	-	3.973	20.097	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	69.125	472.371	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	130.870	114.956	-	-	(123.249)	(127.670)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (6)	-	-	-	-	-	-	(52.564)	(53.287)
Custeio administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(23.082)	(21.863)
Arrendamento operacional (8)	127.031	127.659	17.186	16.644	-	-	(21.709)	(29.529)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	1.492.738	1.675.343	-	-	-	-
Arrendamento operacional (8)	-	-	122.532	119.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	127.015	104.556	-	-	(185.944)	(174.377)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	2.422.772	2.341.494	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar será de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de dezembro de 2021, nove parcelas foram compensadas;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Distribuição;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, sendo 18,95% em 31 de dezembro de 2021 (61,84% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
Remuneração	10.485	9.857
Participação nos resultados	1.946	3.278
Previdência privada	954	724
Planos de saúde e odontológico	115	94
Seguro de vida	7	-
Total	13.507	13.953

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	218.822	218.822	754.013	754.013
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 7)	2	3.167.668	3.167.668	3.066.450	3.066.450
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais (Nota 7)	2	167.366	167.366	334.824	334.824
Fundos vinculados	2	2.144	2.144	9.808	9.808
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	2.147.548	2.147.548	132.681	132.681
Reembolso de subsídios tarifários	2	287.420	287.420	82.616	82.616
Subvenção baixa renda	2	46.540	46.540	43.072	43.072
Depósitos vinculados a litígios	2	619.772	619.772	527.628	527.628
		6.657.280	6.657.280	4.951.092	4.951.092
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	93.764	93.764	581.287	581.287
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	19.689	19.689	341.413	341.413
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	34.937	34.937	457.503	457.503
Letras financeiras - bancos	2	137.920	137.920	1.023.561	1.023.561
		192.546	192.546	1.822.477	1.822.477
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	683.729	683.729	530.058	530.058
		970.039	970.039	2.933.822	2.933.822
		7.627.319	7.627.319	7.884.914	7.884.914
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.247.161)	(4.247.161)	(5.097.240)	(5.097.240)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(278.580)	(278.580)	(342.369)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(390.458)	(390.458)	(391.333)	(391.333)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(51.359)	(51.359)	(231.322)	(231.322)
Fornecedores	2	(2.019.994)	(2.019.994)	(1.783.607)	(1.783.607)
Arrendamento	2	(191.012)	(191.012)	(177.762)	(177.762)
		(7.178.564)	(7.178.564)	(8.023.633)	(8.023.633)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 126,42% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,79% a CDI + 4,67%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2021		2020	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	-	-	(2.256)	(11.725)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(59.335)	(331.118)	(62.593)	(325.277)
Passivo líquido exposto		(331.118)		(337.002)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2022 será uma desvalorização de 8,61% (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	2021	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,10	Cenário possível Dólar R\$6,38	Cenário remoto Dólar R\$7,65
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(331.118)	(302.608)	(378.556)	(453.911)
Passivo líquido exposto	(331.118)	(302.608)	(378.556)	(453.911)
Efeito líquido da variação cambial		28.510	(47.438)	(122.793)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2021. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2021	2020
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	93.764	581.287
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	411.368	2.576.490
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12)	2.147.548	132.681
	2.652.680	3.290.458
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.355.933)	(1.891.927)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12)	(51.359)	(231.322)
	(1.407.292)	(2.123.249)
Ativo líquido exposto	1.245.388	1.167.209

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, a taxa Selic será de 13,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2021	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 13,00%	Cenário possível Selic 9,75%	Cenário remoto Selic 6,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	93.764	105.953	102.906	99.859
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	411.368	464.846	451.476	438.107
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12)	2.147.548	2.426.729	2.356.934	2.287.139
	2.652.680	2.997.528	2.911.316	2.825.105
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.355.933)	(1.532.204)	(1.488.136)	(1.444.069)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12)	(51.359)	(58.036)	(56.367)	(54.697)
	(1.407.292)	(1.590.240)	(1.544.503)	(1.498.766)
Ativo líquido exposto	1.245.388	1.407.288	1.366.813	1.326.339
Efeito líquido da variação das taxas de juros		161.900	121.425	80.951

Risco de inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2021, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2021	2020
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12)	683.729	530.058
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 26)	167.366	334.824
	851.095	864.882
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(2.907.093)	(3.211.127)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(278.580)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(390.458)	(391.333)
	(3.576.131)	(3.944.829)
Passivo líquido exposto	(2.725.036)	(3.079.947)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 6,68% e a taxa de IGPM será de 11,46% em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	2021	31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 6,68% IGPM 11,46%	Cenário possível IPCA 8,35% IGPM 14,33%	Cenário remoto IPCA 10,02% IGPM 17,19%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12)	683.729	729.402	740.820	752.239
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 26)	167.366	186.546	191.350	196.136
	851.095	915.948	932.170	948.375
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(2.907.093)	(3.101.287)	(3.149.835)	(3.198.384)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(278.580)	(297.189)	(301.841)	(306.494)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(390.458)	(416.541)	(423.061)	(429.582)
	(3.576.131)	(3.815.017)	(3.874.737)	(3.934.460)
Passivo líquido exposto	(2.725.036)	(2.899.069)	(2.942.567)	(2.986.085)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(174.033)	(217.531)	(261.049)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	56.675	444.301	551.127	3.837.503	-	4.889.606
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.042	20.284	93.260	194.978	-	318.564
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.439	8.953	41.283	239.518	349.131	643.324
	71.156	473.538	685.670	4.271.999	349.131	5.851.494
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.760.485	259.509	-	-	-	2.019.994
	1.831.641	733.047	685.670	4.271.999	349.131	7.871.488

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$774.871.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

- (1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
- (2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody’s ou Standard & Poors.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Covid-19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações financeiras.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Risco Hidrológico

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

A Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2021	2020
Total do passivo	17.654.962	19.119.392
Caixa e equivalentes de caixa	(198.694)	(659.045)
Títulos e valores mobiliários	(342.243)	(2.104.119)
Passivo líquido	17.114.025	16.356.228
Total do patrimônio líquido	6.942.666	6.021.631
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,47	2,72

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2021 a 27/05/2022	US\$1.500 US\$4.000	US\$123
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2021 a 02/11/2022	R\$68.950	R\$115
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2022 a 08/01/2023	R\$487.948	R\$150
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2021 a 30/09/2022	R\$96.115	R\$104
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil	(2)	07/12/2021 a 07/12/2022	R\$588.617	R\$986

(1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$269.785 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.530.224	1.576.776	1.576.776	1.576.776	1.576.776	31.535.528	39.372.856
Transporte de energia elétrica de Itaipu	215.389	218.223	222.040	158.810	91.641	429.448	1.335.551
Compra de energia - leilão	3.823.036	3.340.834	3.553.197	3.356.128	3.032.771	44.839.384	61.945.350
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	332.019	332.019	332.929	222.207	67.634	53.629	1.340.437
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	255.726	262.724	264.873	264.149	264.149	5.314.059	6.625.680
Cotas de garantias físicas	852.214	709.374	668.480	563.124	477.272	10.599.840	13.870.304
	7.008.608	6.439.950	6.618.295	6.141.194	5.510.243	92.771.888	124.490.178

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$12.967 no exercício de 2021 (R\$31.559 no exercício de 2020);
- adições nos arrendamentos no montante de R\$6.582 no exercício de 2021 (R\$4.594 no exercício de 2020).

31. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações em andamento por parte do MPMG e manifestação das autoridades nacionais e internacionais às quais os relatórios foram apresentados para confirmar se algum procedimento adicional será necessário.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ou exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, a ser encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Juros sobre Capital Próprio

Em 22 de março de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre Capital Próprio – JCP no montante de R\$130.457, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2022, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Maurício Dall’Agnese
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira
e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 31 às demonstrações financeiras, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, que envolvem e incluem também alguns de seus executivos. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo financeiro, ativo de contrato e intangível da concessão nos montantes de R\$ 683.729 mil, R\$1.926.652 mil e R\$9.449.638 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da diretoria. Durante o ano de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 1.802.361 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 31 às demonstrações financeiras, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Ao final de 2020, os órgãos de governança da sua controladora autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos e apurar alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre eventuais irregularidades em processos licitatórios de compras. Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado e encaminhado às autoridades públicas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquéritos instaurada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria tendo em vista o grau de julgamento e complexidade inerentes a estes processos de investigação interna e conduzidos por autoridades públicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise do processo e controles implementados pela Companhia para identificação de descumprimento das leis e regulamentos (ii) revisão do relatório de investigação interna independente emitido por empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) compreender e avaliar as principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações; (iv) realizar discussões sobre o assunto junto ao Comitê de Auditoria, aos membros da Comissão de investigações (CEI), bem como com a área de Compliance e Auditoria Interna; (v) realizar testes de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos profissionais de *forensics* para auxiliar em nossa avaliação dos procedimentos e conclusões da investigação interna ; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados e avaliação realizada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações incluídas em nota explicativa 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2021 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 29-03-2022. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2021, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2022, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 28.03.2022, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2021 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022.

- a.a) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Thadeu Antunes – Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall’Agnese – Diretor CemigPar
- Thadeu Carneiro da Silva – Diretor Cemig Geração e Transmissão

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 28.03.2022, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2021 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022.

- a.a) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Thadeu Antunes – Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall’Agnese – Diretor CemigPar
- Thadeu Carneiro da Silva – Diretor Cemig Geração e Transmissão

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 29 DE MARÇO DE 2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2021

No ano de 2021, o Comitê reuniu-se em 39 (trinta e nove) ocasiões e mais 7 (sete) vezes no início do primeiro semestre de 2022, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2021 e 4 (quatro) em 2022. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2021 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2022. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 21 (vinte e uma) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com o Gerente da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2021.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2022, em milhares de reais, conforme abaixo. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$645.190 mil da Retenção de lucros do exercício de 2021.

Investimentos planejados para 2022	
Sistema elétrico de subtransmissão	1.003.662
Sistema elétrico de distribuição (média e baixa tensão)	1.785.374
Infraestrutura e Outros	428.646
	3.217.682